



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 19 – nº 73 – novembro 2008

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?

<b>EDITORIAL</b> .....	<b>2</b>
<b>ITALIANO</b> .....	<b>3</b>
Sempre più vittime dei trafficanti di uomini .....	3
L'istruzione può vincere la piaga del traffico umano.....	4
Australia: Pugno di ferro contro la tratta di esseri umani .....	5
Il traffico di persone, figlio dello sfruttamento tra le nazioni .....	7
Asia - Un traffico in continua ascesa.....	8
Italia - Tratta di minori.....	9
<b>PORTUGUÊS</b> .....	<b>11</b>
Globalização contribui no aumento do tráfico para o trabalho forçado .....	11
Brasil - Governo federal rebate críticas dos EUA sobre tráfico de pessoas.....	13
Tráfico de seres humanos cresce 150%.....	15
Campanha nas estradas contra a Exploração Sexual de Criança e Adolescentes .....	15
Plano acumula participação social, mas não ousa nas metas .....	16
Seminário discute Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas em Brasília .....	17
Tríplice Fronteira é foco de tráfico humano, diz especialista .....	18
<b>ENGLISH</b> .....	<b>19</b>
Education Chips Away at Human Trafficking.....	19
Sex slaves, human trafficking... in America? .....	21
Europe Reconsiders Prostitution as Sex Trafficking Booms .....	21
Human Trafficking in Bangladesh and Beyond .....	23
Human trafficking: Wanted, dead or alive .....	24
18 october – European anti trafficking day: time for action!.....	25
Immigrant Workers: The New Slave Labor .....	26
<b>ESPAÑOL</b> .....	<b>27</b>
España, entre los países que más combaten el tráfico de personas en el mundo .....	27
UNODC apoya esfuerzos contra tráfico de personas en Centroamérica .....	28
El tráfico de seres humanos, ¿consecuencia directa de la prostitución? .....	28
Argentina - La lucha contra la trata de personas.....	30
Paraguay - Trabajo conjunto en contra de la Trata de Personas.....	30
México - En vigor, ley contra la trata de personas.....	31

## EDITORIAL

O tema do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho escravo tem ocupado um lugar de destaque na pauta de ONGs, mídia, organizações sociais e governos do mundo inteiro. Em vários países foram elaboradas e implementadas políticas públicas de combate e prevenção ao tráfico, na tentativa de reduzir o que é considerado um dos negócios mais lucrativos da atualidade. Não faz exceção o Brasil que, em janeiro de 2008, estabeleceu o “Plano Nacional de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas”. Mesmo assim, a imprensa tem relatado o aumento do número de pessoas traficadas em diferentes lugares do mundo. A questão é bastante complexa, sobretudo porque, nos dias de hoje, as vítimas de aliciadores costumam viajar junto a milhões de migrantes econômicos e existe sempre o risco de confundir o crime do tráfico com o direito de ir e vir. Diante disso, é legítimo questionar-se sobre as estratégias mais eficazes e coerentes de combate ao tráfico, de modo a superar a demagogia política e as soluções simplórias.

Em primeiro lugar, é fundamental “complexificar” a questão do tráfico humano, considerando, antes de tudo, que a “escravidão” contemporânea se insere no contexto da globalização neoliberal, que, movida pela lógica inquestionável do lucro e da competitividade, tende a mercantilizar qualquer coisa, inclusive os seres humanos (por exemplo, o tráfico de órgãos). Em outros termos, um contexto econômico e cultural em que a acumulação de dinheiro – ou a busca do prazer – antecede axiologicamente a promoção e a defesa dos direitos humanos, acaba sendo a principal causa da reificação e mercantilização de seres humanos. Qualquer política pública em nível internacional que desconsidere esse fator está destinada ao fracasso.

Em segundo lugar, não há dúvida de que a ação dos traficantes é facilitada pelas assimetrias sócio-econômicas existentes tanto em nível nacional quanto internacional. Não raramente, as vítimas dos aliciamentos desconfiam da veracidade das encantadoras promessas dos algozes, mas preferem arriscar antes que permanecer nas desumanas condições de vida em que se encontram. Nesta perspectiva, é impensável uma séria política de combate e prevenção ao tráfico que não leve em conta também a socialização das riquezas e das oportunidades.

Além disso, é bom lembrar que a questão do tráfico de pessoas é extremamente ampla e abrangente e não pode ser imputada simplesmente à ação criminosa de alguns grupos mafiosos. As “redes” de tráfico humano podem incluir também determinados setores da sociedade - donos de boates, albergues e hotéis, taxistas, motoristas, guias turísticos, garçons, funcionários de cartórios, entre outros - que, de diferentes maneiras, com as próprias ações ou omissões podem contribuir para que o tráfico e a exploração das vítimas sejam exitosos. Faz-se necessária, neste âmbito, uma forte ação de fiscalização e prevenção, sobretudo mediante um trabalho de conscientização e educação, tanto da população vulnerável quanto das pessoas que, direta ou indiretamente, podem estar envolvidas nos mecanismos de exploração.

Em quarto lugar é importante frisar que o tráfico está diretamente relacionado também com a mobilidade humana. A condição migratória – na maioria das vezes administrativamente irregular – torna muitos migrantes mais vulneráveis a diferentes formas de aliciamento no lugar de chegada. A necessidade de pagar as dívidas da viagem, de enviar remessas aos familiares, de alcançar a almejada estabilidade financeira, unidos à xenofobia, ao racismo, à dificuldade de encontrar emprego formal e ao medo de serem deportados, fragilizam o migrante. Às vezes, são justamente os migrantes econômicos que acabam entrando nas redes de tráfico de pessoas, tanto nos países de saída, quando nos países de destino.

Além disso, o tema da mobilidade humana levanta o debate sobre a relação entre migrantes econômicos e vítimas de tráfico de pessoas, entre *smuggling* e *trafficking*. Enquanto o primeiro termo – *smuggling* – indica o contrabando consensual de migrantes, cujo objetivo é obter benefício

financeiro ou material promovendo o ingresso irregular da pessoa no território de outro país, o *trafficking* diz respeito ao recrutamento, transporte, transferência e/ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação para fins de exploração e a obtenção de benefício financeiro ou material. São dois fenômenos diferentes, mas com fronteiras extremamente porosas. O debate inclui também uma complexa questão conceitual, que está sendo gradativamente aprofundada. É importante, no entanto, não usar ideologicamente a luta contra o tráfico de pessoas como justificativa para limitar as limitações dos direitos de ir e vir.

Não podemos, por fim, nos esquecer de uma última questão: embora a repressão policial, sozinha, não represente uma solução realística, não há dúvida de que a impunidade constitua um dos maiores incentivadores do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho escravo.

## ITALIANO

### Sempre più vittime dei trafficanti di uomini

*Negli ultimi sei anni 45mila sono entrate in contatto con i programmi di protezione. Attivo il numero verde 800.290.290*

Manca una banca dati unificata e quindi è difficile delineare con precisione l'entità della tratta degli esseri umani in Italia. Ma secondo gli osservatori specializzati le vittime aumentano anno dopo anno.

Tra il marzo 2000 e il maggio 2006 45.331 persone sono entrate in contatto con i programmi di protezione sociale finanziati dal ministero delle Pari Opportunità e hanno ricevuto una qualche forma di sostegno. Quelle che invece hanno effettivamente aderito e partecipato ai progetti sono state 11.541 (748 minori). La metà ha avuto la possibilità di un inserimento lavorativo, l'80% dei richiedenti ha inoltre ottenuto il permesso di soggiorno per motivi umanitari.

I dati sono stati presentati ieri a Roma, a chiusura del progetto Equal "Osservatorio Tratta". Il procuratore nazionale Antimafia Pietro Grasso ha spiegato che tra il settembre 2003 e il 31 dicembre 2007 ci sono stati circa 200 procedimenti penali per tratta ogni anno: 2.603 sono stati in tutto gli indagati, 1.492 le vittime, di cui 184 minori. Gli italiani coinvolti, per attività di supporto alla tratta, sono stati 724.

L'Italia, secondo Grasso, è tra i primi paesi al mondo nel contrasto alla tratta. Ma si potrebbe fare di più se i dati raccolti da istituzioni e da esperienze simili a quella del progetto "Osservatorio Tratta" potessero convergere ed essere a disposizione di tutti. "Da qui nasce la proposta di un Osservatorio permanente che dia uno sguardo integrato e multidisciplinare al fenomeno in vista di politiche e interventi efficaci" dice Marco Bufo, coordinatore del progetto.

Dal 2000 è attivo un numero verde (800.290.290) per contrastare la tratta: fino al giugno 2006 sono arrivate 494.474 telefonate, di cui 160 mila provenienti da vittime di tratta, parenti, clienti, ma anche esponenti delle forze dell'ordine. Inoltre, 160 sono stati i rientri in patria assistiti nel periodo 2001-2006, coordinati dal ministero dell'Interno e dall'Organizzazione internazionale per le migrazioni.

Secondo il sottosegretario all'Interno, Marcella Lucidi, la tratta degli esseri umani è "un crimine contro l'umanità", pertanto non bisogna favorire "approcci semplificati": "Bisogna rimettere mano alle norme e sviluppare un'azione culturale perché altrimenti si rischia di ridurre la comprensione della portata del fenomeno". **TOP**

Fonte:  
[http://www.stranieriinitalia.it/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2949&Itemid=173](http://www.stranieriinitalia.it/index.php?option=com_content&task=view&id=2949&Itemid=173) – 26.02.08

## L'istruzione può vincere la piaga del traffico umano

*Le suore della Thailandia condividono storie di successo*

*Mirko Testa*

Fornire un'istruzione adeguata alle potenziali vittime del traffico di esseri umani è una delle chiavi per porre fine a questa piaga sociale, affermano alcune suore impegnate in Thailandia in questa battaglia.

Il Paese asiatico è al secondo livello nel Rapporto di quest'anno del Dipartimento di Stato americano sul Traffico Umano, diffuso il mese scorso. Il secondo livello è assegnato a quei Governi che stanno "compiendo sforzi significativi per adeguarsi agli standard minimi per eliminare il traffico umano".

La Thailandia ha approvato quest'anno una legge più severa su questa pratica, anche se non sarà facile garantirne l'applicazione a causa della corruzione diffusa tra i membri della polizia.

ZENIT ha parlato con tre suore che stanno affrontando la questione da un altro punto di vista: evitando che le possibili vittime cadano in questa forma moderna di schiavitù.

Suor Anurak Chaiyaphuek, delle Suore del Buon Pastore, ha affermato che le religiose in Thailandia "compiono instancabili sforzi per evitare [...] che i bambini cadano in un abisso di abusi, svolgendo tra loro la propria missione".

"Ciò che abbiamo fatto finora è stato fondare scuole basate sull'istruzione nazionale obbligatoria in zone remote o anche sulle montagne e aprire centri per bambini e studenti che hanno ricevuto l'istruzione obbligatoria consentendogli di accedere agli studi superiori nelle scuole pubbliche delle città", ha spiegato.

"Speriamo che i nostri bambini abbiano l'opportunità di acquisire più conoscenze e di avere una formazione culturale e spirituale".

La suora ha parlato di come le religiose vivono con i più giovani, "penetrando nella loro cultura e comprendendo il loro background e le loro condizioni, aiutandoli con le parole e con i fatti".

"Vogliamo dare un curriculum di vita, che consideriamo raro e prezioso", ha spiegato. "Soprattutto, è una benedizione per noi".

### **Autostima**

I trafficanti della Thailandia attirano le persone dei Paesi poveri confinanti, come il Myanmar. Questi

schiafi moderni vengono trasferiti altrove e sono costretti a svolgere una serie di lavori spesso pericolosi o vengono sfruttati a livello sessuale.

Suor Kanlaya Trisopa, delle Suore del Sacro Cuore di Gesù di Bangkok, ha raccontato a ZENIT la storia della "Princess Ubolratana School" di Ban Khao Din, fondata dopo che 15 ragazze erano quasi finite nella rete della tratta.

"Si sono salvate perché i capi sono stati arrestati", ha riferito. "Siamo state contattate dalla polizia per prenderci cura di quelle ragazze, altrimenti saremmo state rimandate dai genitori".

"Coscienti che si sarebbero ritrovate presto in condizioni di pericolo, non abbiamo esitato ad aiutarle. Abbiamo discusso con le ragazze e con i loro genitori e abbiamo offerto assistenza. Alcune hanno scelto di tornare in famiglia, altre hanno voluto rimanere con noi".

"Abbiamo promesso di dare loro una formazione con la speranza che avrebbero acquisito autostima e aiutato le proprie famiglie".

Le suore hanno promosso un programma di cucito e artigianato ed è nata una piccola scuola.

"Ci siamo sentite sollevate e felici del fatto che non dovessero cercare lavoro in città, rischiando potenziali pericoli relativi al traffico umano", ha detto suor Trisopa.

### **Vita onesta**

La formazione nell'artigianato locale e nell'agricoltura di base fa sì che i giovani non siano costretti a cercare altrove i mezzi per vivere.

Suor Françoise Jiranonda, delle Suore di San Paolo di Chartres, ha spiegato a ZENIT che alle loro studentesse "viene insegnato a impiegare il tempo in modo saggio e costruttivo. Imparano a tessere e a eseguire i ricami tradizionali. Imparano anche l'agricoltura di base, per l'autosufficienza. Coltivano riso, verdure e frutta".

"Viene loro consigliato di utilizzare fertilizzanti organici o naturali come gli escrementi animali, così da non dover affrontare spese aggiuntive".

Le studentesse, ha affermato, sono incoraggiate "ad essere diligenti e a lavorare sodo".

"Imparano a cucinare e a tenere la casa pulita. L'igiene è fortemente sottolineata – ha ribadito la suora –. Continuiamo a dire loro che la famiglia è

più felice se la madre e le donne sanno come migliorare le condizioni di vita”.

Le suore hanno anche iniziato una formazione per un gruppo di ragazzi “che erano rimasti vittime dei problemi sociali. [...] Diamo cibo e alloggio, così come istruzione e formazione lavorativa”; “speriamo che si guadagneranno da vivere in modo onesto e saranno capaci di comprendere se stessi e gli altri, e soprattutto vorranno assumersi la responsabilità di capofamiglia e trattare le donne equamente con amore e cura”.

### **Buone samaritane**

Alle studentesse viene anche insegnata l'importanza della carità e della bontà nei confronti del prossimo. Le vittime dell'Hiv/Aids rappresentano un'opportunità per mettere in pratica questa lezione, ha detto suor Jiranonda.

“Le studentesse hanno imparato molto sull'Hiv/Aids – ha affermato –. Mostrano il loro amore e la loro

simpatia ai bambini malati di cui ci occupiamo. Li abbracciano, li nutrono e fanno loro il bagno”.

Le ragazze sono formate per una vita futura degna, ha sottolineato la religiosa: “Le incoraggiamo a sentirsi degne e orgogliose della loro femminilità e maternità. Le prepariamo a saper stare al fianco dei loro uomini o dei loro futuri mariti per costruire le loro famiglie”.

“Ciò che abbiamo fatto per queste ragazze, un tempo possibili vittime del traffico umano, è un curriculum non scritto”, ha osservato la suora.

“E' automaticamente, naturalmente e spiritualmente ispirato dall'amore radicato nel cuore delle suore e dei laici che sono stati testimoni delle crudeltà dell'ingiustizia sociale e hanno ricevuto alcuni orientamenti e una formazione contra la tratta”, ha poi concluso. **TOP**

Fonte: <http://www.zenit.org/article-14957?l=italian> - 11.07.08

## **Australia: Pugno di ferro contro la tratta di esseri umani**

*Stephen de Tarczyński*

*Comincia a prendere corpo un nuovo approccio collaborativo tra governo australiano, polizia e organizzazioni non governative (ONG) per contrastare la piaga del traffico di esseri umani.*

“Il traffico di esseri umani è l'equivalente moderno della schiavitù”, ha affermato il ministro per le pari opportunità Tanya Plibersek inaugurando il Forum australiano sulle tratte svoltosi a luglio.

Il meeting riuniva una serie di agenzie statali e non statali per affrontare le complesse questioni del traffico di esseri umani, e ha fatto seguito alla prima Tavola rotonda nazionale sul traffico di esseri umani svoltasi in giugno, alla quale avevano preso parte i principali operatori del settore, tra cui ONG, fornitori di servizi e organizzazioni di sostegno per le vittime del crimine.

“Il traffico di persone è un reato gravissimo e per combatterlo è necessario un approccio collaborativo”, ha affermato il ministro degli interni Bob Debus.

Con Singapore e la Nuova Zelanda, l'Australia è considerata una “destinazione” per gli immigrati clandestini dell'area del Pacifico asiatico. Le altre

nazioni della regione tendono a essere viste come un insieme di “origine”, “transito” e “destinazione” per le persone coinvolte nel traffico clandestino.

Da quando l'Australia ha varato un piano di sostegno per le vittime del traffico di persone nel 2004 – lanciato congiuntamente dall'Ufficio per le Donne e dalla Polizia Federale australiana – circa 107 persone coinvolte nel traffico clandestino hanno ricevuto aiuto. Di queste, il 65 per cento erano di nazionalità thailandese, mentre il 18 per cento proveniva dalla Corea del Sud.

Tuttavia, la scarsità di informazioni attendibili sul traffico di persone in Australia indica che le cifre difficilmente rappresentano il problema in tutta la sua portata.

“Non ci sono dati attendibili, non c'è mai stata una ricerca efficace sull'effettiva dimensione del fenomeno”, dice Jennifer Burn, direttrice dell'Anti-Slavery Project, un'organizzazione comunitaria che si batte contro il traffico di esseri umani.

Il problema della mancanza di dati è stato sollevato anche in un documento diffuso il mese scorso dall'Istituto australiano di criminologia, autorità ufficiale della federazione. Intitolato “La tratta delle donne a scopo sessuale”, il documento sottolineava una serie di motivi per cui le donne oggetto di

traffico possono non cercare aiuto, minando pertanto le statistiche disponibili.

Tra i motivi indicati, la paura di ciò che i trafficanti possono fare alle donne o alle loro famiglie, le preoccupazioni per le pressioni economiche, il desiderio di “tirare a campare”, e il non voler essere coinvolte in lunghe e invadenti cause giudiziarie.

Inoltre, il documento rimarcava anche alcuni fattori connessi al background della persona oggetto di traffico clandestino. C'erano probabilmente diverse interpretazioni di cosa costituissero “sfruttamento” e differenti percezioni del debito e degli obblighi familiari a seconda del luogo d'origine della persona.

Un ulteriore motivo era la paura della espulsione. “Dal 2004 è stato stabilito un numero di visti per le persone identificate come oggetto di traffico clandestino in Australia, e questi visti sono destinati alle persone che collaborano con la polizia e la magistratura durante un'indagine e un processo penale”, dice Burn, aggiungendo che l'Anti-Slavery Project sta perorando un sistema di visti più inclusivi.

“Gran parte del nostro lavoro riguarda l'ambito dei visti d'ingresso e abbiamo visto che ci sono state persone oggetto di traffici clandestini - non ci sono dubbi al riguardo, non ci sono dubbi sull'attendibilità delle informazioni - che ancora non hanno diritto alla tutela prevista dal progetto governativo sui visti per i clandestini solo perché, per una serie di ragioni, non possono partecipare a un'indagine penale o a un procedimento giudiziario”, spiega Burn.

Ad aumentare l'errata rappresentazione del fenomeno contribuisce il fatto che le cifre sulle persone coinvolte nel traffico di esseri umani tendono a riferirsi per lo più alle donne che in Australia lavorano nel mercato del sesso. Secondo Burn, sono questi i casi che attirano di più l'attenzione dei media.

Indubbiamente le cose stanno così. Lo testimonia la saga infinita di Wei Tang, proprietario di un bordello di Melbourne, condannato nel 2006 per riduzione in schiavitù e poi assolto in appello, contro il quale il Procuratore generale ha presentato ricorso all'Alta Corte. C'è poi il caso di una coppia di Sydney, Trevor McIvor e Kanokporn Tanuchit, giudicati colpevoli nel 2007 per aver ridotto in schiavitù quattro donne thailandesi, trovate in una stanza nel

sottoscala di un bordello. Entrambi i casi hanno ottenuto ampia copertura sui mezzi d'informazione.

Un recente dossier di Time Magazine riportava i casi di bambini indiani sottratti ai genitori e venduti clandestinamente in Australia tramite alcune agenzie per le adozioni: il dipartimento immigrazioni ha aperto un'inchiesta, ma questo sta a indicare che il traffico di esseri umani può manifestarsi in forme diverse.

Secondo Burn, il recente forum sul traffico di esseri umani ha fatto registrare un mutamento di prospettiva: se fin qui le persone identificate come oggetto di traffico clandestino tendevano a essere donne che lavorano nel mercato del sesso, adesso “è chiaro che il problema riguarda anche persone che lavorano in altri settori”.

“Tutto il campo dello sfruttamento di manodopera è un settore ancora inesplorato e abbiamo visto persone che lavorano nell'agricoltura e si trovano in una situazione di sfruttamento estremo”, spiega.

Nonostante la complessità del traffico di esseri umani, i problemi connessi all'identificazione di chi ne è coinvolto e la difficoltà di assicurare alla giustizia trafficanti e “padroni di schiavi”, Burn è convinta che questa forma moderna di schiavismo si possa sradicare.

A suo dire, la barriera naturale che isola l'Australia – “a differenza della situazione che esiste in Nordamerica o in Europa, per esempio, dove i confini sono porosi e molto più facili da superare” – fornisce alle autorità ampie opportunità di controllo sui nuovi arrivi agli aeroporti di tutto il paese.

In caso di mancata identificazione all'arrivo, “se riusciamo ad avvertire le persone sulla realtà del traffico di esseri umani, se riusciamo a spiegare alla comunità nel suo insieme come identificare il traffico di esseri umani, allora sarà più facile identificare e proteggere le persone oggetto di questi traffici”, dice Burn.

Burn si augura che la perdita di profitti dei trafficanti dovuta all'interruzione delle tratte – insieme a un'efficace azione penale contro i registi delle operazioni – sia un forte deterrente: “Credo che questo tipo di strategie darà un grande contributo alla progressiva eliminazione del traffico di esseri umani in Australia”, ritiene.

Burn si dice favorevole al nuovo approccio collaborativo volto a raggiungere questo scopo. Per contrastare il fenomeno, “c'è bisogno di forte

coordinamento tra tutte le persone che lavorano per debellare il traffico di uomini”, dice. [TOP](#)

Fonte: <http://www.ipsnotizie.it/nota.php?idnews=1271> 26.08.08

## Il traffico di persone, figlio dello sfruttamento tra le nazioni

*Un giro di affari da 3 miliardi di dollari, che colpisce per il 70% le donne*

Si è aperto questo lunedì a Roma un Congresso internazionale organizzato in maniera congiunta dall'Organizzazione Mondiale delle Migrazioni (OIM) e dall'Unione Internazionale Superiore Generali (UISG), che vede la partecipazione di 50 religiose di 31 congregazioni e di 20 diversi paesi del mondo.

In questi ultimi cinque anni UISG e OIM hanno collaborato per organizzare delle sessioni di formazione per le religiose sul contrasto alla tratta nelle diverse parti del mondo, che finora hanno registrato oltre quattromila partecipanti.

Il progetto è sostenuto dall'Ambasciata degli Stati Uniti presso la Santa Sede ed è finanziato dal Bureau per i Rifugiati e i Migranti del Governo statunitense.

I principali obiettivi del Congresso, che si concluderà il 6 giugno, sono: rinforzare le reti esistenti sia a carattere nazionale che regionale; creare le basi per una rete internazionale; identificare le risorse necessarie per dare continuità alla rete.

Nella sua relazione introduttiva, la Presidente dell'UISG, suor Louis Madore, delle Figlie della Sapienza, ha dichiarato che "il traffico di persone non è una questione a se stante. È strettamente collegato alle questioni globali derivanti dalle relazioni politiche ed economiche ingiuste e di sfruttamento tra le nazioni con il crescente impoverimento di intere popolazioni".

“Ciò ha gravi conseguenze sulle donne e vediamo la crescente femminilizzazione della povertà e della migrazione – ha continuato – . Tali situazioni assieme all'aumento della commercializzazione del sesso e alle pratiche sociali e culturali profondamente radicate di discriminazione delle donne e bambine, le rendono facili prede dei trafficanti”.

"Il traffico di persone – ha insistito suor Madore – è un fenomeno molto complesso e quindi, lavorare in questo campo, non è una opzione ma una necessità se vogliamo essere, in modo strategico, dalla parte dei più indifesi”.

“Come religiose/i profondamente radicati nel Vangelo e il carisma delle nostre congregazioni – ha sottolineato –, siamo toccati da questo fenomeno che causa una sofferenza immane alle donne e ai bambini”.

Secondo alcuni studi, riferiti nel corso della prima giornata di lavori, le cifre sulle vittime del traffico transnazionale si aggirano ogni anno tra i 600.000 e gli 820.000. Inoltre, circa il 70% di coloro che cadono nella rete degli sfruttatori è formato da donne e ragazze; tra queste, il 50% è composto da minorenni.

Un mercato, legato per lo più allo sfruttamento sessuale e che fa profitti stimati in 3 miliardi di dollari, anche se la natura illegale del traffico e le differenti metodologie non rendono ben calcolabile la sua dimensione.

Solo in Canada, tuttavia, il traffico delle straniere per la prostituzione è stimato ogni anno intorno ai 400 milioni di dollari statunitensi.

Per l'Italia, i progetti iniziati nel 2004 sono stati portati avanti con la collaborazione dell'Unione Superiore maggiori Italiane (USMI) e la Fondazione Migrantes della Conferenza Episcopale Italiana.

Le nazioni interessate finora dai corsi di formazione sono: Italia, Nigeria, Romania, Albania, Thailandia, Repubblica Dominicana, Filippine, Brasile, Portogallo e Sudafrica.

Per quest'anno, invece, il programma è di organizzare una sessione di formazione per l'Africa ovest, in Senegal, con la partecipazione delle seguenti nazioni: Mali, Burkina Faso, Togo, Benin, Costa d'Avorio, Sierra Leone, Nigeria, Guinea, Chad. [TOP](#)

<http://www.zenit.org/article-14568?l=italian> 02.06.08

## Asia - Un traffico in continua ascesa

*L'India è il crocevia della tratta di donne e minori in Asia*

Nella classifica mondiale dei Paesi maggiormente interessati dalla tratta di esseri umani l'India si colloca ai primi posti con un numero di vittime che, secondo recenti dati dell'ONU, potrebbe sfiorare addirittura il milione.

La definizione di tratta, adottata a livello internazionale, è quella contenuta nel Protocollo Aggiuntivo alla Convenzione delle Nazioni Unite sulla Criminalità Organizzata Transnazionale del 6 ottobre 2000. Secondo l'articolo 3 di tale Protocollo per tratta s'intende "il reclutamento, il trasporto, il trasferimento, l'accoglienza o l'ospitalità di persone tramite l'impiego o la minaccia d'impiego della forza o di altre forme di coercizione, tramite rapimento, frode, inganno, abuso di potere o tramite il dare o ricevere somme di denaro o altri vantaggi per ottenere il consenso di una persona esercitando su di essa la propria autorità, a scopo di sfruttamento". Questo comprende le varie forme di sfruttamento sessuale, inclusa la prostituzione, il lavoro forzato, l'asservimento, la riduzione in schiavitù e il prelievo degli organi.

Il Fondo delle Nazioni Unite per la popolazione (UNFPA) ha stimato che il numero di persone oggetto della tratta nel mondo è arrivato a circa 4 milioni per anno e che solo in Asia, negli ultimi 30 anni, il traffico finalizzato allo sfruttamento sessuale di donne (in particolare adolescenti) e bambini avrebbe coinvolto oltre 30 milioni di persone. Un dato ancor più agghiacciante riguarda l'età media delle vittime, diventata nel tempo sempre più bassa: negli anni Ottanta oscillava tra i 14 e i 16 anni, mentre sul finire degli anni Novanta ha toccato i 12 anni.

Se l'Asia (in particolare il Sud e il Sud-Est Asiatico) è così massicciamente colpita dal traffico internazionale di donne e bambini, l'India rappresenta peculiarmente un luogo di reclutamento, transito e destinazione di questo vergognoso traffico. Gli Stati del Sud, come l'Andhra Pradesh, il Tamil Nadu e il Karnataka, così come le regioni tribali del Jharkhand, del Chhattisgarh, dell'Orissa e gli Stati del Nord-Est, Uttar Pradesh e West Bengal, sono le principali zone di reclutamento di donne e bambine. Le "schiave" sono poi trasferite all'estero o inviate verso Delhi, Jaipur e Agra (il cosiddetto triangolo

d'oro del turismo sessuale) e più a sud, a Mumbai, Puna e le gettonate spiagge di Goa.

Al reclutamento interno si aggiunge un ingente numero (5-7 mila) di donne nepalesi che ogni anno giungono nel territorio indiano per essere sfruttate nei cosiddetti "red-light districts" (i quartieri a luci rosse) delle grandi città. Sono circa 200.000 le donne e ragazze nepalesi che lavorano nei bordelli delle metropoli indiane: molte di loro hanno appena 9-10 anni.

Mira aveva 13 anni quando dal Nepal arrivò a Mumbai con la promessa di un lavoro come domestica. La meta cui era inconsapevolmente destinata era, però, il bordello di Falkland Road. Al suo rifiuto di prostituirsi, Mira fu rinchiusa in una camera buia, angusta e senza finestre: la stanza delle torture, dove molte ragazze venivano "iniziate". Vi restò per tre giorni, senza cibo né acqua. Il quarto giorno un "carceriere" entrò nella stanza, gettò la ragazza a terra e prese a sbatterle la testa contro il pavimento finché la sventurata svenne. La giovane si risvegliò completamente nuda, con una canna ricoperta di peperoncino in polvere infilata nella vagina e fu stuprata dal suo aguzzino. Da allora Mira iniziò a soddisfare ogni richiesta dei suoi padroni. Era stata acquistata dal bordello per 50.000 rupie e pertanto doveva lavorare fin quando non fosse riuscita a ripagare almeno tale somma oltre al debito contratto per il viaggio.

Alle radici del fenomeno della tratta si ritrova una complessa molteplicità di fattori: la povertà, la mancanza di educazione e di opportunità lavorative, situazioni di violenza sociale e talvolta di guerra, in uno scenario dominato da un'elevata e insanabile disparità nella distribuzione del benessere e della ricchezza, legata alle classi, alle caste o a discriminazioni di genere. Queste sono le principali cause che favoriscono tali immorali attività, che prosperano ulteriormente per la colpevole "assenza" delle istituzioni, nonché per l'inadeguatezza della legislazione nazionale e internazionale. Da una parte il processo di globalizzazione, attraverso la diffusione di modelli culturali e di benessere tipici dei Paesi di destinazione delle potenziali vittime, ha aumentato in queste l'attrattiva ingannevole per tali standard di vita, spingendole spesso nella rete dei nuovi trafficanti di schiavi.



Dall'altra parte la stessa globalizzazione ha contribuito oltre che a un notevole aumento della richiesta di lavoro a basso costo, anche all'incremento della prostituzione, della pornografia e dello sviluppo del turismo sessuale, in particolare di tipo pedofilo. Oggi la tratta rappresenta la terza fonte di reddito della criminalità organizzata dopo il commercio di armi e di droga. Essa colpisce particolarmente i bambini, venduti per svolgere lavori domestici, in agricoltura, nell'edilizia, nel tessile, nella pesca e spesso impiegati in attività di intrattenimento, come nei circhi equestri o nelle corse dei cammelli nei paesi del Golfo. In molti casi sono le famiglie stesse che, spinte dalla disperazione, vendono i propri figli per sopravvivere alla miseria o per ripagare esosi debiti generazionali. Talvolta accettano delle pseudo-adozioni con la speranza di assicurare ai figli un futuro migliore. I bambini sono inoltre molto richiesti per il traffico di droga, dal momento che destano meno sospetti rispetto agli adulti e sono quindi difficilmente soggetti a ispezioni. I bambini disabili (non sono rari i casi in cui vengono deliberatamente

mutilati) sono invece particolarmente ricercati per le attività di accattonaggio in quanto più facilmente inducono all'elemosina.

Human Rights Law Network, partner di Pangea da oltre un anno, è una rete di avvocati e operatori sociali attiva in 22 stati dell'India che ha sviluppato una rete di collaborazioni con numerose ong locali per svolgere attività di supporto alle donne che vogliono uscire dalla prostituzione e dalla tratta, fornendo loro gratuitamente una protezione sociale e una tutela legale, che per povertà e per ignoranza sarebbero altrimenti negate. Insieme al lavoro di assistenza si è sviluppata un'attività di ricerca e di informazione sul fenomeno della tratta che ha portato sia alla denuncia dell'inerzia e della marginalità con cui viene affrontato il problema da parte della polizia e della magistratura, sia alla promozione di campagne di sensibilizzazione atte ad aumentare la consapevolezza sociale sui diritti umani e sull'applicazione della giustizia. **TOP**

Fonte: <http://www.peacelink.it/pace/a/24399.html> 11.12.07

## Italia - Tratta di minori

*In Italia centinaia i bambini e adolescenti coinvolti non solo nello sfruttamento sessuale ma anche in attività illegali, mendicizia, lavoro coatto, adozioni illegali e si presume nel traffico di organi*

Un fenomeno sempre più articolato, che riguarda centinaia di bambini e adolescenti di entrambi i sessi, provenienti per lo più da Nigeria e Romania ma anche da Africa e Asia, coinvolti in varie forme di sfruttamento: sessuale, in attività illegali, accattonaggio, lavoro forzato, adozioni internazionali illegali e, si presume, anche traffico di organi. Bambini e adolescenti che spesso restano invisibili e sconosciuti, quindi privi di adeguata tutela e protezione.

Sono questi i contorni della tratta dei minori in Italia secondo il nuovo dossier di Save the Children "Piccoli schiavi", diffuso oggi alla vigilia della Giornata Internazionale in Ricordo della Schiavitù e della sua Abolizione.

"Un anniversario che è anche un monito a non abbassare la guardia perché lo sfruttamento fino alla riduzione in schiavitù ancora esiste e coinvolge molti minori", commenta Carlotta Bellini, Coordinatrice Area Protezione di Save the Children

Italia. "I bambini sono funzionali al business della tratta perché più facilmente ricattabili e assoggettabili di un adulto, o perché un bambino, magari con un handicap fisico e che chiede l'elemosina, desta più pietà. Inoltre sotto i 14 anni i minori non sono imputabili, di qui il loro impiego in attività illegali come furti o scippi o come corrieri della droga, per non parlare della richiesta di minori utilizzati nel mercato della prostituzione. Da una parte quindi c'è un'economia illegale che si serve di loro, dall'altra, ci sono centinaia di minori che vivono in situazioni di povertà e vulnerabilità e quindi divengono facili prede degli sfruttatori".

### **I dati: la tratta nel mondo e in Italia**

Si stimano in 2,7 milioni le vittime della tratta di esseri umani nel mondo, di cui l'80% è costituito da donne e bambini. Un vero e proprio business con un volume di affari - gestito da reti criminali transnazionali - pari a circa 32 miliardi di dollari l'anno e paragonabile a quello del traffico di armi o di stupefacenti.

Per quanto riguarda l'Italia, secondo i dati ufficiali sono 54.559 le vittime di tratta che hanno ricevuto assistenza e protezione fra il 2000 e il 2007:

Nigeria e Romania le nazioni principali di provenienza ma flussi più o meno consistenti interessano Moldova, Albania, Ucraina, Russia, Bulgaria.

### **I minori vittime: molti quelli sfruttati in accattonaggio, attività illegali, lavoro forzato**

Rotte ed esperienze di sfruttamento che accomunano gli adulti ai più giovani. Sul totale delle vittime di tratta in Italia, 938 hanno meno di 18 anni. Numeri rilevanti eppure sottostimati. Prosegue Carlotta Bellini: “molti minori trafficati e sfruttati rimangono invisibili, sia per le caratteristiche della tratta - fenomeno criminale e quindi occulto – sia per le mutevoli e sofisticate strategie di sfruttamento ed assoggettamento messe in atto dagli sfruttatori. Il risultato è che in tanti restano privi di protezione, aiuto e assistenza”.

Bambini e adolescenti di entrambi i sessi, anche di 11-12 anni, spesso provenienti dalla Romania ma anche da altri paesi dell'Est Europa o di Africa e Asia quali Nigeria, Gabon, Camerun, India, Bangladesh. E' questo il profilo dei minori vittime di tratta in Italia secondo Save the Children. Sfruttati non solo nella prostituzione, ma anche nell'accattonaggio, in attività illegali quali furti o spaccio, nel lavoro agricolo, nell'allevamento di bestiame, in adozioni internazionali illegali e, si presume, nel traffico di organi.

“Alle varie aree geografiche di provenienza sembrano corrispondere differenti forme di sfruttamento”, continua la Coordinatrice Area Protezione di Save the Children Italia. “Per esempio dall'est Europa provengono soprattutto quei minori sfruttati prevalentemente nella prostituzione, nell'accattonaggio e in attività illegali mentre dall'Africa e anche dall'Asia giungono molti degli adolescenti impiegati nel lavoro forzato. Inoltre registriamo la presenza in Italia di minori migranti non accompagnati che arrivano spontaneamente ma che, in relazione alla loro condizione di vulnerabilità, possono cadere in circuiti di sfruttamento, fino alla riduzione in schiavitù”.

### **La tratta a scopo di sfruttamento sessuale**

Coinvolge soprattutto adolescenti femmine, nigeriane e dell'Est Europa (della Romania, Moldova, Bulgaria, Repubblica Ceca, Albania), con un incremento di queste ultime. Costrette a firmare un contratto e con particolari riti religiosi ad assumersi un impegno anche verso la comunità, le nigeriane vengono ridotte in stato di soggezione,

private totalmente della libertà e costrette a pagare fra i 30 e i 50 mila euro per riscattarla, prostituendosi su strada, sotto il controllo della sfruttatrice o di un'altra vittima indotta a farlo. E sottoposte ad analoghe forme di sfruttamento e schiavitù sono anche giovani provenienti dal Camerun, convinte a venire in Italia con la promessa di continuare gli studi o per vacanza e poi costrette a prostituirsi. Si conferma il cospicuo coinvolgimento, nel mercato della prostituzione di ragazze dell'Est Europa, soprattutto della Romania e Moldova. Reclutate nel paese d'origine da conoscenti, sempre più frequentemente propri coetanei, o pseudo-fidanzati o parenti, a volte rapite, passano il confine terrestre, in auto, in pullman o a piedi con un passeur. In Italia sono sfruttate nella prostituzione in strada o al chiuso, in appartamenti o locali.

Tra le vittime di grave sfruttamento vi sono anche, secondo la ricerca di Save the Children, minori rumeni di origine Rom indotti alla prostituzione per soddisfare la richiesta di clienti italiani.

### **L'accattonaggio**

E' praticato soprattutto da minori rumeni Rom o dei paesi della ex-Jugoslavia: bambini molto poveri e talvolta con problemi fisici, la cui disabilità viene sfruttata e talora acuita, perché considerata molto redditizia, dagli sfruttatori che li “reclutano” anche pagando i loro genitori, o i tutori o i responsabili degli orfanotrofi. Dopo essere stati condotti in Italia i minori sfruttati nell'accattonaggio trascorrono intere giornate su strada, obbligati a stare nello stesso posto, in posizioni scomodissime (come in ginocchio) e qualsiasi siano le condizioni meteorologiche. Alcuni di questi bambini subiscono violenze e percosse.

### **La tratta di minori a scopo di sfruttamento in attività illegali**

E' poco conosciuta e coinvolge bambini e adolescenti di ambo i sessi per lo più rumeni ma anche di origine nord-africana, molti dei quali di non più di 14 anni e quindi non perseguibili penalmente. Reclutati nei paesi di origine, vengono condotti in Italia per compiere furti e scippi. I minori provenienti da Senegal e Gabon sono invece impiegati nel trasporto e spaccio di droga - cocaina, eroina, crack - e tenuti sotto ferreo controllo al punto che a molti di essi vengono abrasati i polpastrelli affinché non siano identificabili dalle forze dell'ordine: un numero sempre più rilevante di questi minori diventa a sua volta consumatore e dipendente dalla droga.

### **La tratta a scopo di lavoro forzato**

Le poche informazioni a disposizione evidenziano fenomeni di grave sfruttamento ai danni di adolescenti originari dell'India, Bangladesh e dell'Africa del Nord e sub-sahariana, impiegati soprattutto nell'allevamento di bestiame e in agricoltura, costretti dai loro sfruttatori – i cosiddetti “caporali” - a lavorare tantissime ore per paghe irrisorie, a vivere isolati e nell'impossibilità di chiedere aiuto e sfuggire alla loro condizione di semi schiavitù. I minori provenienti dal Nord Africa o di origine sub-sahariana raggiungono l'Italia via terra dopo essere approdati in Spagna, o, più raramente, via mare sbarcando a Lampedusa e in Sicilia.

### **La tratta a scopo di adozioni internazionali illegali**

Le poche evidenze e conoscenze su questa forma di tratta derivano da ricerche e indagini giudiziarie come quella condotta dalla Squadra Mobile della Questura di Pordenone nel 2004 e che ha portato alla luce una compra-vendita illegale di neonati tra Bulgaria ed Italia, o la più recente operazione “Ladri di bambini” grazie alla quale è stata bloccata la vendita – già pattuita - di una neonata di venti giorni ad una coppia italiana, a scopo di adozione illegale.

### **La tratta a scopo di espianto degli organi**

Se è ormai accertata l'esistenza di un commercio internazionale di organi e di tessuti, sia sottoforma di compravendita di organi tra adulti consenzienti che di “viaggi della speranza” in paesi in via di sviluppo per effettuare un trapianto illegale, non vi sono al momento prove dell'esistenza di un traffico di persone a tale scopo, verso l'Italia. Per quanto riguarda il coinvolgimento di bambini, sono state avviate alcune indagini in materia, in particolare un'inchiesta della Procura di Roma su un presunto

traffico di minori dall'Albania, che si sospetta siano stati trasportati illegalmente in Grecia e in Italia e sottoposti a espianzi illegali.

### **Maggiore impegno nell'identificazione e assistenza dei minori vittime**

“La tratta dei minori costituisce una gravissima violazione dei diritti dei bambini e quindi è necessario fare il massimo per proteggere le vittime e aiutarle a tornare ad una vita normale”, commenta ancora Carlotta Bellini. “In Italia i bambini e adolescenti trafficati e sfruttati possono contare su buone leggi e sulla rete di programmi in loro sostegno previsti dalla legge 228/2003. Questi programmi però debbono essere meglio calibrati sulle specifiche esigenze dei minori. In primo luogo”, prosegue Carlotta Bellini, “bisogna migliorare ed estendere gli interventi di contatto e aggancio dei ragazzi e ragazze vittime o potenziali vittime di tratta attraverso anche l'impiego di équipes di strada o operatori “alla pari”, figure che Save the Children, per esempio, già impiega in alcuni suoi progetti. In secondo luogo bisogna mettere più impegno e risorse nell'identificazione dei minori vittime di tratta, che a volte non vengono riconosciuti come tali ma confusi e considerati come minori dediti ad attività criminali”. Per questo Save the Children ha messo a punto un “Protocollo di identificazione e supporto dei minori vittime di tratta e sfruttamento” e dall'agosto 2008 ha avviato il progetto Agire (si veda nota in calce). “Infine”, conclude la Coordinatrice Area Protezione di Save the Children Italia, “auspichiamo che il Governo sviluppi e implementi quanto prima un piano nazionale anti-tratta e che l'Italia proceda alla ratifica della Convenzione del Consiglio d'Europa sulla lotta contro la tratta di esseri umani”. **TOP**

Fonte: <http://www.savethechildren.it/2003/comunicati.asp?id=537>

22.08.08

## **PORTUGUÊS**

### **Globalização contribui no aumento do tráfico para o trabalho forçado**

*O modelo de desenvolvimento adotado internacionalmente que força uma diminuição dos direitos trabalhistas para aumentar a competitividade deve ser repensado, discutem*

*especialistas no Fórum de Viena contra o tráfico de seres humanos*

*Leonardo Sakamoto*

O trabalho forçado é alimentado pelo modelo de globalização adotado no mundo, em que a competitividade incentiva uma constante redução nos custos do trabalho. Com isso, leva para baixo as condições de emprego, culminando na imposição do trabalho forçado - e de um sistema para suprir esse tipo de mão-de-obra. O que acontece em países pobres ou ricos. Esse foi um dos temas discutidos no painel "Demanda por trabalho forçado e exploração sexual - como e por que isso alimenta o tráfico de seres humanos" na manhã desta quinta (14).

O evento foi parte do "Fórum de Viena", organizado pela Iniciativa Global das Nações Unidas para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (UN.Gift), que está sendo realizado entre os dias 13 e 15 na capital austríaca. Estão presentes especialistas, entidades internacionais, governos, sociedade civil, mídia e o setor empresarial para discutir como combater o problema.

Nicola Phillips, professora de economia política da Universidade de Manchester, defendeu que o tráfico de pessoas para exploração econômica e sexual está relacionado ao modelo de globalização e de capitalismo que o mundo adota.

De acordo com ela, esse modelo é baseado em um entendimento de competitividade nos negócios que pressiona por uma redução constante nos custos do trabalho. Empregadores tentam flexibilizar ao máximo as leis e relações trabalhistas para lucrar com isso e, ao mesmo tempo, atender uma procura por produtos cada vez mais baratos por parte dos consumidores.

A pobreza, que torna populações vulneráveis socialmente, garante oferta de mão-de-obra para o tráfico - ao passo que a demanda por essa força de trabalho legítima esse tráfico de pessoas, atraindo intermediários (como os "gatos" no Brasil). Em resumo, de acordo com Phillips, "a sistemática desregulação do mercado de trabalho facilita o surgimento de trabalho forçado". Para atuar no problema, deve-se atuar tanto na oferta desse tipo de mão-de-obra quanto na demanda. No combate à pobreza e no modelo de desenvolvimento que queremos.

Simon Steyne, responsável pelo departamento de relações exteriores da TUC, central sindical britânica, trouxe a situação do trabalho forçado no Reino Unido para a discussão: "A economia do país depende de imigrantes - que vão fazer serviços como faxineiros, empregados domésticos,

trabalhadores do sexo. Precisa de trabalho barato, flexível e explorável para essas funções". Dessa forma, a globalização de mercados, que traz lucros para alguns e pobreza para muitos, apresenta uma de suas piores faces nos países ricos.

Esses imigrantes são os mais sujeitos ao trabalho forçado, e como não possuem documentação legal não conseguem ir atrás dos seus direitos - situação parecida com os imigrantes ilegais bolivianos que trabalham de forma degradante em pequenas oficinas de costura da cidade de São Paulo. Até as formas de coerção da liberdade se parecem entre si: manter cativo através de um endividamento ilegal, fazer ameaças ou usar da violência e utilizar o fantasma da deportação para que o sujeito permaneça no serviço.

Para Steyne, o tráfico de pessoas é um componente, uma etapa do trabalho forçado, e não o contrário. Considerando dessa forma, coloca-se em posição de destaque a utilização final do tráfico e não o processo que levou ao deslocamento - ou seja - plantar, colher, limpar, construir, costurar algo para alguém - que pode, assim, ser reconhecido para uma efetiva punição.

### **Commodities**

O embaixador Mark Lagon, responsável pelo escritório de combate ao tráfico de pessoas do Departamento de Estado norte-americano, informou que o Departamento de Trabalho está elaborando uma lista de produtos que podem conter trabalho forçado em suas cadeias de produção. Essa ferramenta deve ser usada para ajudar no combate ao problema, identificando os setores de produção mais afetados em cada país e forçando países a agirem. Mas também como um alerta aos importadores nos Estados Unidos para ficarem de olho nesses produtos.

A criação e implantação dessa lista é conhecida há algum tempo e causa preocupação entre os empresários de outros países. Pelo o que é possível perceber, mesmo dentro do poder executivo ou do legislativo dos EUA não há um consenso sobre quais ações adotar a partir desse instrumento. A versão mais corrente é que sirva de referência para ajudar no combate ao tráfico e ao trabalho forçado. Mas também há defensores de que ele seja utilizada para restrições comerciais.

Durante um evento realizado no Congresso norte-americano em novembro do ano passado, congressistas e representantes do poder executivo

de lá elogiaram as ações brasileiras no combate ao trabalho escravo, citando como exemplo a "lista suja" - cadastro do governo federal que publica o nome dos empregadores que utilizam esse tipo de mão-de-obra. Além das ações de alguns bancos e empresas, que têm cortado de seus financiados e fornecedores os que utilizaram trabalho escravo. Em outras palavras, no Brasil já temos um instrumento que garante um corte seletivo e cirúrgico - a "lista suja" - tornando desnecessário erguer barreiras comerciais a setores inteiros. Falta ele ser adotado de forma abrangente.

Esse foi um dos temas abordados na apresentação de Andréa Bolzon, coordenadora nacional do projeto de combate ao trabalho escravo da Organização Internacional do Trabalho no Brasil. Ela mostrou como o trabalho escravo tem sido utilizado na expansão da fronteira agrícola

brasileira, principalmente na região amazônica, em atividades que vão da extração de madeira à produção de carvão e abertura ou limpeza de áreas para a implantação de fazendas de gado, de soja, algodão, entre outros produtos.

Bolzon discorreu sobre ações que vêm sendo tomadas no Brasil para atuar junto à demanda por esse tipo de trabalhadores, com destaque para o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O acordo envolve, hoje, mais de 100 empresas nacionais e multinacionais que se comprometeram a combater o trabalho escravo em suas cadeias de fornecedores, seja deixando de comprar de fazendas da "lista suja", seja conscientizando frigoríficos e indústrias a não comprarem do cadastro do governo. **TOP**

Fonte: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1289> 14.02.08

## **Brasil - Governo federal rebate críticas dos EUA sobre tráfico de pessoas**

*Análise norte-americana sobre a atuação do Brasil é "unilateral", reage secretário nacional de Justiça. Relatório dos EUA aponta avanços, mas sugere ação mais efetiva contra o tráfico para exploração sexual e escravidão*

*Beatriz Camargo e Maurício Hashizume*

As críticas dirigidas ao Brasil no "Relatório Sobre Tráfico de Pessoas 2008" do Departamento de Estado dos EUA, divulgado em 4 de junho, partem de uma visão "unilateral" do problema, avalia o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior. "Reconhecemos a existência de problemas e trabalhamos para enfrentá-los. Outros países escondem a realidade e recebem elogios", reage.

Para o secretário, a abordagem "unilateral" contida no documento dos EUA não reconhece o problema em todas as suas dimensões. Segundo ele, as ações previstas no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), que envolvem uma ampla gama de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, em estreita parceria com entidades da sociedade civil, não foram devidamente consideradas pelos norte-americanos. "O Brasil está sendo refém de sua competência", contesta. A despeito de incorporar algumas metas pouco ousadas, o PNETP amplia a participação social.

Na opinião de Romeu Tuma Júnior, ex-delegado de polícia e filho do senador Romeu Tuma (PTB-SP), a questão do tráfico de pessoas precisa ser entendida, em certa medida, como o tráfico de drogas. "Sem o consumidor, esse tipo de crime não se sustenta", salienta. Com isso, o secretário busca evidenciar o papel de outros países - inclusive ricos - na cadeia internacional do tráfico de pessoas. Esse foi um dos aspectos frisados por Romeu Tuma Júnior também no 1º Congresso Internacional do Mercosul e Estados Associados sobre o Tráfico de Pessoas e Pornografia Infantil, realizado semana passada em Buenos Aires, na Argentina. Representantes dos EUA e da França também participaram do evento e ouviram o posicionamento do governo brasileiro.

"Não é verdade que o crescimento econômico brasileiro esteja se dando com base no trabalho escravo", declara o secretário, em resposta direta a uma das conclusões do relatório do governo norte-americano, que vincula o incremento do Produto Interno Bruto (PIB) de países como China, Índia e Brasil à exploração de vítimas de tráfico. No caso específico do Brasil, o documento enfatiza o fato de que metade das cerca de 6 mil libertações de trabalho análogo à escravidão realizada pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2007 tenha se dado no cultivo de cana-de-açúcar. "É muito engraçado esse ataque ao etanol como parte de um relatório de

ordem técnica", ironiza Tuma Júnior, em demonstração de desconfiança com relação a possíveis interesses econômicos por trás do relatório.

Na parte dedicada ao Brasil, o Departamento de Estado dos EUA aponta avanços no enfrentamento ao tráfico de pessoas durante o último ano, mas também vê a necessidade de ações complementares para a erradicação desse crime - tanto no que diz respeito ao tráfico para fins de exploração sexual quanto de trabalho escravo. O relatório referente a 2008 classificou o país novamente, como em 2007, no grupo intermediário da lista - junto com outras nações que não cumprem todas as metas sugeridas, mas se esforçam no combate ao problema. No total, 170 países foram avaliados.

Os EUA colocam o lançamento do PNETP, em janeiro de 2008, como um avanço significativo. A repressão ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual foi considerada boa, embora lacunas sejam assinaladas com relação ao número de processos jurídicos iniciados. A Polícia Federal registrou 200 denúncias relacionadas ao aliciamento de mulheres com fins de exploração sexual no Europa, e outras sete denúncias em rotas internas.

#### Ação e reação

O relatório classifica como positivo o aumento dos serviços prestados aos trabalhadores retirados da escravidão - hoje todos recebem três meses de seguro-desemprego -, mas frisa que as ações do governo brasileiro são insuficientes para coibir o uso trabalho escravo e impedir que essas pessoas voltem à ser escravizadas.

Para o documento, a "lista suja" do trabalho escravo é uma ferramenta de combate "que continua a prover uma punição branda para aqueles envolvidos nesse crime tão sério, em grande parte pela humilhação pública e pelo impedimento dessas entidades [pessoas ou empresas] terem acesso a empréstimos em instituições financeiras estatais", pondera o Departamento de Estado. "Durante o ano [de 2007], no entanto, um número razoável de indivíduos e empresas conseguiram remover seus nomes da 'lista suja' através de liminares na Justiça."

Segundo o "Relatório sobre Tráfico de Pessoas 2008", o Brasil fez esforços modestos para

fortalecer a lei contra tráfico de pessoas no período observado. Entre as recomendações, os EUA propõem uma legislação federal para punir as formas severas de tráfico de pessoas e continuidade nos esforços para investigar, instaurar processos e julgar os autores desse tipo de crime.

"Continua faltando ao Brasil um sistema centralizado de coleta, análise e documentação das decisões jurídicas antitráfico pelo país", diagnostica o governo norte-americano, frisando a deficiência com relação ao controle de dados sobre o tema. O relatório recomenda ainda uma cooperação do Brasil com os EUA para investigar as acusações do trabalho forçado ligado às importações norte-americanas de ferro-gusa.

A interoperabilidade dos banco de dados federais e estaduais faz parte das ações previstas no Plano Nacional (PNETP), explica o secretário nacional de Justiça. "Os próprios norte-americanos não têm isso", adiciona. "Estamos propondo inclusive um banco de dados para o Mercosul. O país é grande e o enfrentamento ao tráfico é recente. O maior interesse em construir isso é nosso", prossegue. O representante do Ministério da Justiça (MJ) conta ainda que estão sendo instalados Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em diversos estados da Federação como parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

A legislação sobre o tema também está sendo "melhorada", nas palavras de Romeu Tuma Júnior. "As mudanças legislativas têm seu ritmo", pondera. Ele se defende: "Não há transferência de responsabilidade. Registramos mais de 600 inquéritos. E a quantidade de inquéritos mostra a disposição do governo em dar uma resposta à altura dos problemas".

#### Crítério político

Chile, Japão e Portugal estão junto com o Brasil no segundo grupo, além de outras nações que passaram por conflitos armados recentes, como Afeganistão, Serra Leoa e Ruanda. Fazem parte do primeiro grupo países que, segundo o critério dos EUA, cumprem todas as metas de combate ao tráfico de pessoas. Na lista estão europeus com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como Suécia, Alemanha e Reino Unido, mas também Espanha - destino de muitas mulheres vítimas do tráfico de pessoas para a exploração sexual - e países do chamado Leste Europeu,

região de origem de mulheres traficadas para a Europa ocidental, como a Geórgia.

No "segundo grupo, em estado de atenção", estão países como Argentina, Congo e Rússia. E, no terceiro, estão 14 nações que o relatório julga não fazerem esforços significativos para combater o problema. A maioria deles é do Oriente Médio, além de inimigas políticas dos Estados Unidos, como Coreia do Norte, Cuba e Irã. Em entrevista

concedida à Repórter Brasil em 2007, Solmaz Sharif, do Escritório de Monitoramento e Combate do Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado norte-americano, defendeu que a classificação é uma "análise objetiva" e leva em consideração a coleta de dados e contribuição de uma vasta rede de fontes. **TOP**

Fonte: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1370> 19.06.08

## **Tráfico de seres humanos cresce 150%**

*Cooperação policial europeia regista também aumento do branqueamento de capitais*

Os casos de tráfico de pessoas e seres humanos recebidos pelas polícias europeias aumentaram de 29 para 71, de 2006 para 2007.

Por isso, a Eurojust, órgão criado em 2002, com sede em Haia, na Holanda, que resulta da cooperação das várias polícias dos países da União Europeia, já definiu, para 2008, o crime de tráfico de seres humanos como uma das prioridades.

Segundo o relatório anual desta organização relativo a 2007 a que o DN teve acesso, esta criminalidade registou 71 casos em investigação, contra os 29 registados em 2006.

Para isso, a entidade europeia propõe a criação de "um ponto de contacto central para pessoas desaparecidas, a criação de uma base de dados jurídica com indicação dos instrumentos jurídicos disponíveis sobre tráfico de seres humanos e também o reforço da cooperação internacional".

Segundo o mesmo documento, foram realizadas dez reuniões de avaliação deste tipo de criminalidade, sendo que metade delas se reportaram a questões relacionadas com a ajuda ilegal à emigração.

Em termos gerais, e segundo a conclusão do relatório, houve um aumento de queixas em todo o tipo de criminalidade, mas mais concretamente nesta área do tráfico de seres humanos e do branqueamento de capitais. Neste caso, e em 2007, a Eurojust registou 104 novos casos de branqueamento, mais 44% que no ano anterior, sendo a Espanha o Estado-membro que mais frequentemente se viu envolvido em casos de branqueamento.

Os casos de tráfico de droga e de crimes contra a propriedade e contra os bens do sector público, incluindo a fraude, continuam, porém, a representar a percentagem mais elevada das actividades criminosas. Na verdade, da globalidade dos casos registados importa realçar que 24 respeitaram àquela específica actividade o que, igualmente, constitui um aumento quando se compara com os 14 casos de 2006.

No que respeita a casos contra a vida, a Eurojust registou 134 casos contra a vida, a integridade física ou a liberdade de pessoas, em comparação com os 107 casos em 2006. Mais concretamente, 79 homicídio e 39 ofensas corporais graves. **TOP**

Fonte: [http://dn.sapo.pt/2008/09/05/sociedade/trafico\\_seres\\_humanos\\_cresce\\_150.html](http://dn.sapo.pt/2008/09/05/sociedade/trafico_seres_humanos_cresce_150.html) 05.09.08

## **Campanha nas estradas contra a Exploração Sexual de Criança e Adolescentes**

Quarta edição do maior evento de responsabilidade social e promoção das estradas esquentas os motores. Como ocorre a cada edição, novos temas foram agregados à sua missão principal: contribuir com o combate a exploração sexual de crianças e adolescentes

A Caravana abrange uma série de ações como a Campanha de Racionalização do Uso de Combustíveis (Conpet), Campanha de Conscientização sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e divulgação do Disque 100 para denúncias, o Siga Bem Mulher 2008, com

ações para a conscientização sobre a violência contra a mulher, além de um canal de denúncias (180), entre outros.

No ano em que a Caravana foi lançada, o Disque Denúncia recebia diariamente, em média, 12 denúncias sobre exploração de crianças. Hoje, registra mais de 70 denúncias efetivas por dia. Nos três primeiros anos, a Caravana percorreu mais de 80 mil km, uma centena de cidades visitadas e contactou cerca de 1 milhão de profissionais do mercado de transporte rodoviário. No Brasil, segundo estimativas, existem cerca de 2 milhões de caminhoneiros.

### **Poder de Mobilização a Favor da Mulher**

Os números expressivos registrados pela Campanha contra a Exploração Sexual de Criança e Adolescentes e o incremento de denúncias no Disque 100 habilitaram a Caravana a mais um

grande desafio: contribuir com as questões relativas aos direitos e cidadania das mulheres.

Batizado de Siga Bem Mulher, o projeto da Petrobras, desenvolvido em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal e executado pela ONG CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), realizou um piloto na edição 2007 da Caravana, quando organizou palestras e discussões com os caminhoneiros sobre o tema.

O objetivo do Siga Bem Mulher 2008 é utilizar-se do poder de mobilização e receptividade da Caravana para incentivar o incremento do número de ligações do Ligue 180, canal específico – gratuito e que funciona 24h - com denúncias de violência contra a mulher. **TOP**

Fonte: <http://blogdanielaalves.wordpress.com/category/trafico-de-pessoas/trafico-de-mulheres-trafico-de-pessoas/> 08.10.08

### **Plano acumula participação social, mas não ousa nas metas**

*O principal desafio do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) é a estruturação de um sistema nacional em parceria com governos estaduais e entidades civis nas diferentes regiões do país*

O primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) do país tem como ponto forte a participação de múltiplas organizações da sociedade civil, mas o conjunto de suas metas pode ficar aquém do necessário para desestruturar o problema no prazo definido de dois anos.

"O tráfico de pessoas era associado somente à exploração sexual de mulheres e nunca foi pensado nessas dimensões, reunindo diversos atores com agendas diferentes", destaca a coordenadora do Programa para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas da Secretaria Nacional de Justiça do MJ, Bárbara Campos. Ativistas do combate à exploração sexual, entidades engajadas na erradicação do trabalho escravo (entre elas a Repórter Brasil) e militantes feministas estiveram lado a lado ao longo do processo que resultou no decreto presidencial que aprova o Plano do último dia 8 de janeiro.

O próprio governo federal reconhece, no entanto, as limitações do PNETP. "O Plano não é o ideal. Foi o consenso possível no momento", ressalta a

coordenadora. Ela frisa, porém, que o documento contém metas importantes como a elaboração de anteprojetos que possam estabelecer uma nova legislação sobre o tema, em substituição ao atual Art. 231 do Código Penal que vincula o tráfico exclusivamente à prostituição. "Não queremos inventar a roda. As metas foram inspiradas na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas [aprovada em outubro de 2006]", coloca.

O PNETP assume a proposta de elaboração e implementação de um projeto-piloto de centro público de intermediação de mão-de-obra rural em município identificado como foco de aliciamento para o trabalho escravo. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na equipe que elaborou o PNETP, Luciano Maduro declara que já houve uma pré-seleção de seis a oito municípios beneficiados pela instalação desses centros e que a medida ainda depende de articulações com secretarias estaduais, entidades patronais e de trabalhadores. "Nas áreas urbanas, os agentes do Sine [Sistema Nacional de Emprego] vão até as empresas para coletar dados de postos de trabalho. Na área rural, isso não será possível. Os empregadores precisarão encaminhar os dados e os trabalhadores terão de ir até a cidade atrás das vagas no Sine, que precisam ser equipados para assumir essa função", conta.



A previsão de medidas mais voltadas à repressão econômica dos agentes que exploram o tráfico de pessoas - como o mapeamento de cadeias produtivas ligadas às redes criminosas que tem promovido avanços no âmbito do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo -, entretanto, ficou de fora do PNETP. "A caracterização da conduta é mais complicada no caso do tráfico de pessoas do que no de trabalho escravo", analisa Luciano Maduro. Ele afirma ainda que existe um processo administrativo transitado em julgado antes da inclusão do nome de algum empregador na "lista suja" do trabalho escravo e que grande parte dos exploradores do tráfico de pessoas não têm como praxe contrair financiamentos públicos, como no caso dos fazendeiros.

Segundo Bárbara, o Plano reflete a visão dos gestores envolvidos e será publicado e distribuído em breve pela pasta juntamente com o decreto e a memória do processo de elaboração. "Na área da repressão, a preocupação do chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal (PF), por exemplo, era a necessidade de criação de uma estrutura específica para esse fim".

A maioria das onze prioridades definidas no PNETP está vinculada a atividades-meio como o levantamento de dados e acúmulo de conhecimento, a capacitação e sensibilização de atores acerca do problema, o aperfeiçoamento da legislação brasileira, a padronização de troca de informações entre órgãos, o aprimoramento de instrumentos, a estruturação de órgãos responsáveis e o fomento à cooperação internacional. Algumas metas específicas como a proposta de formação de um grupo de trabalho específico para tratar do banco de dados, explica Bárbara, carregam por trás delas discussões substantivas e não são tão simples quanto aparentam. "Escuto comentários dos dois lados. Uns dizem que as metas são pouco ousadas. Tem gente que acha um exagero um plano para apenas dois anos com 20 páginas", conta a coordenadora.

### **Sistema nacional**

O principal desafio do Plano consiste na estruturação de um sistema nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas em parceria com governos estaduais e entidades da sociedade civil nas diferentes regiões do país. É nesse contexto que o PNETP entra como parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que incentivará a incorporação do tema nas políticas estaduais e tentará facilitar a criação de núcleos específicos sobre o tema que atuarão conforme prioridades locais próprias e diferenciadas. "Não queremos chegar com um 'pacote pronto'. A ação no Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP), uma das principais portas de saída do país, precisa ser uma. No Recife, a estratégia é outra", destaca Bárbara.

O Ministério da Justiça deve iniciar visitas institucionais aos estados justamente para conferir esses diferentes contextos para a maturação de planos estaduais. "Em alguns estados, as articulações estão em estágio bastante avançado. Em outros, porém, ainda é preciso investir na conscientização do que é tráfico de pessoas", pondera a gestora do Programa no MJ.

Os ajustes do PNETP para "fazer com que a engrenagem funcione bem para e não haja descompassos" será de responsabilidade do o Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação, que reúne representantes de 12 ministérios.

A coordenadora Bárbara garante que a sociedade civil e o Ministério Público receberão convites regulares para acompanhar de perto a aplicação do Plano e que só não foram incluídos oficialmente no Grupo - como ocorre em outros conselhos e comissões vinculadas a políticas públicas - por opção de "técnica legislativa". Por decreto, explica Bárbara, o Poder Executivo não pode obrigar órgãos externos a fazer parte de qualquer tipo de instância. "A sociedade civil levou sozinha durante muito tempo a bandeira do tráfico de pessoas. Esse processo tem essa marca registrada e isso não vai mudar", assegura. ***TOP***

Fonte: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1268> 22.01.08

## **Seminário discute Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas em Brasília**

*Na abertura do evento, o secretário da CNBB defendeu a necessidade de parcerias entre*

*Governo e sociedade civil organizada para combater o tráfico de pessoas*

O secretário geral da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa, abriu na manhã de hoje, em Brasília, o Seminário Nacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, organizado pelo Setor Mobilidade Humana, da CNBB, em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho e da Rede Um Grito pela Vida. Segundo o secretário, o trabalho de combate ao tráfico de pessoas “é dos mais espinhosos” porque enfrenta um dos mais rentáveis negócios “que só perde para o tráfico de drogas e de armas”. “Estamos conscientes de que a ameaça que muitos sofrem neste trabalho é porque se colocam de maneira decidida em defesa da dignidade humana”, disse dom Dimas.

O secretário defendeu uma parceria entre as autoridades governamentais e a sociedade civil organizada para combater o tráfico de pessoas. A mesma posição tem o assessor da Secretaria Nacional de Justiça, Maurício Correali, que representou o secretário nacional de justiça, Romeu Tuma Júnior. “Esse evento significa a documentação desse momento de parceria da Igreja com as políticas públicas de enfrentamento ao tráfico das pessoas”, sublinhou o assessor. “É primordial e imprescindível a participação da Igreja por meio das pastorais”.

De acordo com Correali, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem como pressuposto a parceria entre as entidades públicas e órgãos da sociedade civil “e está em ampla ascensão”. Na sua avaliação, mais de 40% do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Justiça, já está concluído. “Trata-se da criação dos núcleos de enfrentamento, capacitação de agentes, realização de seminários, e o prêmio Libertas que será entregue ainda este ano, conclamando o mundo acadêmico para enfrentar o tráfico de pessoas”, esclareceu.

#### Estatística

O Governo Federal não tem ainda números que revelem quantas são as vítimas do tráfico de pessoas. Segundo a coordenadora do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Cíntia Bicalho Uchôa, a previsão é de que, em 2009, seja

publicado um banco de dados tendo como referência os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Goiás. Ela destaca que o combate ao tráfico de pessoas não se resume à repressão. “Não atuamos só na repressão, mas sobretudo na prevenção”, disse, lembrando, ainda, o atendimento às vítimas. “O atendimento tem que ser trabalhado. As pessoas não se entendem como pessoas de direito. É difícil dizer que elas são vítimas do tráfico porque não se sentem assim”, explica Cíntia.

A assessora da Pastoral da Mobilidade Humana, Irmã Rosita Milesi, também vê a mesma dificuldade apontada por Cíntia. “As pessoas não conhecem a legislação que as protege nestas circunstâncias. Não se dão conta para onde são levadas e a forma de trabalho que lhes prometem. A pessoa evita ter que pensar ou dizer algo em relação a isso pela forma com que são exploradas”, lembra a religiosa.

A coordenadora do projeto de combate ao tráfico de pessoas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Tahís Dumê Faria, alertou para o risco de, no combate ao tráfico de pessoas, desconsiderar o direito de ir e vir das pessoas. “Ao combater o tráfico, há o risco de se conter o direito das pessoas de ir e vir, de migrar, de trabalhar e conhecer outros lugares. O exercício da migração não tem nada de criminoso”, disse. Segundo afirmou, é preciso evitar a expressão imigração ilegal. “Imigrante irregular não quer dizer ilegal. É melhor dizer imigração irregular para não criminalizar uma situação que, necessariamente, não seja crime. Isso não tem nada a ver com tráfico”.

O seminário reúne 40 pessoas de oito estados e prossegue até amanhã com oficinas e debates. A secretária executiva do Setor Mobilidade Humana, Irmã Maria do Carmo Gonçalves, explica que o evento ajudará as pastorais no fortalecimento de suas atividades e na criação de novas frentes junto à Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. **TOP**

Fonte:

<http://www.cnbb.org.br/ns/modules/news/article.php?storyid=345&keyw ords=Semin%20rio+discute+Pol%20tica+Nacional+Enfretamento+Tr%20fico+Pessoas+Bras%20lia> 10.10.08

**Tríplice Fronteira é foco de tráfico humano, diz especialista**

Cerca de 20 vítimas do tráfico humano, principalmente jovens e crianças destinados à exploração sexual, passam diariamente pela Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, e o problema precisa de uma resposta multinacional, segundo uma especialista.

A paraguaia Cynthia Bendlin, coordenadora regional da Organização Internacional para as Migrações (OIM, um órgão da ONU), disse que há cerca de 6.000 vítimas potenciais de abuso nessa zona fronteira.

“A vulnerabilidade da população a torna mais propensa a ser vítima do tráfico humano”, disse à Reuters a especialista, que recebeu nesta semana um prêmio do Departamento de Estado dos EUA concedido anualmente a oito mulheres por seu ativismo pelos direitos femininos.

O tráfico humano afeta principalmente mulheres de 18 a 24 anos, mas é cada vez maior o número de vítimas menores de idade. Normalmente, o aliciamento começa em zonas pobres e rurais do Paraguai, e as moças são enviadas para cidades turísticas da Tríplice Fronteira ou para Buenos Aires, segundo Bendlin.

“Essas mulheres ou meninas são captadas com promessas de trabalho, como é o caso do trabalho doméstico, para serem as chamadas ‘criaditas’, ou com promessas de fazer casting de modelos e serem levadas para Buenos Aires”, afirmou.

Segundo Bendlin, as vítimas sofrem estupros, têm os documentos retidos e ficam privadas de

liberdade enquanto são exploradas e viajam até Buenos Aires ou outro destino final, que pode ser na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia.

Na Europa, os lugares que mais recebem as vítimas são a Espanha e o norte da Itália, disse a especialista. “Essa é uma situação global”, afirmou ela.

Só em Ciudad del Este (Paraguai), as organizações de ajuda atenderam cerca de 140 vítimas e seus familiares no ano passado, disse a ativista.

O tráfico humano, segundo ela, é a terceira principal fonte de renda de organizações criminosas, movimentando mais de 36 bilhões de dólares por ano (fica atrás apenas do narcotráfico e do tráfico de armas).

Ela disse que melhorou nos últimos tempos a colaboração entre Brasil, Argentina e Paraguai, mas que ainda faltam nesses países leis contra a exploração humana e uma formação específica de juizes e promotores para combater o problema.

Para evitar que as vítimas caiam nas mãos dos exploradores, os governos precisariam investir mais em educação e criação de empregos, acrescentou ela. “As organizações de atendimento às vítimas estão pedindo que se trabalhe muito na prevenção, porque a recuperação dessas vítimas é uma tarefa sumamente difícil e (o tráfico) implica violações graves dos direitos básicos.” **TOP**

Fonte: <http://blogdanielaalves.wordpress.com/2008/03/14/triplice-fronteira-e-foco-de-trafico-humano-diz-especialista/> - 14.03.08

## ENGLISH

### Education Chips Away at Human Trafficking

*Women Religious in Thailand Share Success Stories*

*Mirko Testa*

The education of would-be victims is one of the keys to putting an end to human trafficking, affirm women religious working against this crime in Thailand.

Thailand is again at the Tier 2 level in this year's U.S. State Department Trafficking in Persons Report, released last month. Tier 2 is assigned to those governments that are "making significant

efforts to bring themselves into compliance" with the minimum requirements to eliminate human trafficking. The Southeast Asian nation passed a tougher law against the practice this year -- though enforcing it despite corruption problems among the police is expected to continue to be a problem.

ZENIT spoke with three women religious who are chipping away at the issue from a different side: preventing would-be victims from falling into this modern form of slavery.

They say the key is education.

Sister Anurak Chaiyaphuek, of the Religious of the Good Shepherd, said that women religious in Thailand "have been making untiring efforts to prevent [...] children from falling into an abyss of abuse by carrying out our mission among them."

"What we have done so far is founding schools based on national compulsory education in remote areas or up high on the mountains and opening centers for small children and students who have accomplished compulsory education to pave ways for their further studies in the government's public schools in the cities," she explained. "It is our hope that our children will have opportunities to acquire more knowledge and be adorned with spiritual and cultural formation."

Sister Chaiyaphuek spoke of how the religious live with the youngsters, "penetrating their culture and understanding their backgrounds and conditions, helping them in words and in deeds."

"We teach curriculum of life, which we consider rare and invaluable," she said. "Above all, it is a blessing for us."

### **Self-reliant**

Traffickers based in Thailand lure people in from poor, neighboring countries, such as Myanmar. It is also a hub for these modern-day slaves to be transported to other destination countries. Trafficked human beings are forced to work in a variety of often-dangerous jobs, or exploited sexually.

Sister Kanlaya Trisopa of the Sisters of the Sacred Heart of Jesus of Bangkok told ZENIT about a school founded after 15 girls almost ended up locked in the trafficking trade. "They were luckily saved because the job agents were [put] under arrest," Sister Trisopa said. "We were contacted by the police to take care of those girls, otherwise, they would be sent back to their parents."

"Realizing their fate and knowing that they would soon be victimized again, we didn't hesitate to lend them a hand. We discussed with the girls and their parents and offered our assistance. Some chose to return home with their parents, while others decided to stay with us."

"We pledged to give them vocational training with the hope that they would be self-reliant and able to support their family."

The sisters implemented a curriculum of sewing and handcrafts and a small school was born. "We

felt relieved and happy that they didn't have to seek jobs in the cities and risk potential dangers of human trafficking," Sister Trisopa said.

### **Honest living**

Training in local artistry and basic agriculture keep youth from being forced to seek their livelihood elsewhere.

Sister Francoise Jiranonda of the Sisters of St. Paul de Chartres explained to ZENIT that "our students are taught to spend time wisely and worthily. They learn to weave and do their traditional embroidery. They also do basic, self-sufficient farming. They grow rice as well as vegetables and seasonal fruits."

"They are advised to use organic fertilizers or natural fertilizers such as animal waste so that they don't have to pay extra money." The students, she added, are encouraged to be "diligent and hard-working."

"They learn how to cook and to keep their house neat and clean," the nun explained. "Hygienic living is steadily emphasized. We keep telling them that the family will be happier if the mother and women know how to better their living conditions."

The sisters have also begun giving job training to a group of boys "who had fallen prey to social problems. [...] We provide food and accommodation as well as education and job training for them," she said. "We are hopeful that they will earn their living honestly, and be able to understand themselves and others, and most of all, be willing to bear the responsibilities of breadwinners and men, and treat women equally with love and care."

### **Good Samaritans**

Moreover, the students are taught the importance of charity and kindness toward their neighbors. The victims of HIV/AIDS give an on-site chance to put that lesson into practice, Sister Jiranonda noted.

"The students have come to know about life and fate of the HIV/AIDS infected and affected children under our care," she said. "They take turns to show their love and sympathy of those young kids. They hold them, hug them, feed them and bathe them."

The young women are being trained for a future, dignified life, Sister Jiranonda affirmed: "We encourage them to feel dignified and proud of their girlhood and motherhood. We prepare them to be

ready to stand shoulder to shoulder with men or their future husbands to build their own families."

"What we have done for those girls, once vulnerable to human trafficking is an unwritten curriculum," the sister reflected. "It is automatically, naturally, and spiritually inspired by love deepened

### **Sex slaves, human trafficking... in America?**

In spring of 2004, Katya (not her real name), like thousands of other foreign exchange university students, was looking forward to the summer job placement that she and a friend had received in Virginia Beach, Virginia. When she and her friend Lena arrived at Dulles Airport after a long flight from Ukraine, they were relieved to be met by fellow countrymen who spoke Russian.

The two men, Alex Maksimenko and Michael Aronov, were holding signs with the girls' names and greeted them by taking their bags and luggage. Charming and reassuring, Aronov informed the girls that they had been reassigned to a job in Detroit where they would waitress and perfect their English language skills.

The men drove Katya and Lena to the Greyhound bus station and gave them tickets to Detroit. Confused and exhausted, the girls had no reason to question the change of plans.

"When we got to the hotel in Detroit, everything changed," says Katya. "They closed the door and sat us down on the couch, took our passports and papers and said, you owe us big money for bringing you here. They gave us strip clothes and told us that we were going to be working at a strip club called 'Cheetahs.'"

Shocked and scared, the two women were subjected to physical, mental and sexual abuse over the next year as they were forced to work 12-hour shifts stripping for local Detroit men's clubs.

### **Europe Reconsiders Prostitution as Sex Trafficking Booms**

Trafficking and forced prostitution are on the rise, and the EU countries' complicated prostitution laws make prosecution difficult.

An aid organization has opened its 12th office in Germany to advise women in need. Some 700,000 women are trafficked to western Europe every year,

in the hearts of the religious women and lay teachers who have witnessed the cruelties of social injustice and undergone certain orientations and training to counter human trafficking." [TOP](#)

Fonte: <http://www.zenit.org/article-23169?l=english> 10.07.08

According to immigration customs agent Angus Lowe, the men controlled the women through intimidation with guns and threats to hurt family members back home.

Katya and her friend are two of the estimated 17,000 young women and girls annually who are forced to work in the sex industry in the U.S. by organized criminals. "Chicago, Houston, St. Paul, Minnesota, these crimes are happening in every community in America big and small," says Marcie Forman, Director of Investigations for ICE (Immigration Customs Enforcement.) "We're talking about money here. Millions of dollars and these people don't think about these women as human beings. They think of them as dollars and cents," Forman says.

In February 2005, after months of planning and finally confiding in a customer from the strip club, the two girls escaped and were brought to the FBI and ICE. Their escape resulted in the arrest of Alex Maksimenko and Michael Aronov, both of whom pleaded guilty and are serving time in federal prison for their crimes.

Even though her captors are in prison, Katya says she will never live without fear. Maksimenko's father — who was also convicted of forced labor and illegal trafficking — continues to live openly in Ukraine as a fugitive from authorities. [TOP](#)

<http://www.humantrafficking.org/updates/823> 29.12.2007

said lawyer Birgit Thoma, who works for Solwodi, or Solidarity with Women in Distress.

Affordable transport and instant communication have led to an increase in trafficking over past 10 years, with the trade now worth an estimated \$30

billion (18.8 billion euros) globally, according to a United Nations report.

For many years the focus was on human trafficking from eastern Europe, but when the EU expanded -- mainly to the east and south -- in 2004, the legal status of women in the new member states changed. That's led Solwodi to shift its focuses to African women who are forced into prostitution in Europe.

Thoma said foreigners make up some 70 percent of people in Germany's sex trade. While exact figures aren't available, she estimated that about 100,000 women from Nigeria alone have been trafficked to western Europe.

### **Women Victimize Women**

Unlike tactics used in eastern Europe, African women are often lured with marriage deals. The traffickers don't belong to large mafia gangs, but are organized in smaller, inconspicuous networks.

"Often the criminals are women," said Thoma. "These are the so-called 'mesdames,' most of whom used to be victims themselves." Voodoo rituals are often used to scare and psychologically intimidate the women, she added.

"Priests force them not to say where they're going and what happens to them," Thoma said. "Otherwise something will happen not only to their families, but sickness, death or curses will come over them too." In 1985, the Catholic nun Lea Ackermann founded Solwodi in Kenya to assist women whose financial desperation had led to a life of prostitution. Three years later, the first Solwodi branch was founded in Germany as a refuge for foreign women who had become victims of forced prostitution or trafficking.

### **Europe Revises Legal Framework**

Prostitution is legal in Germany, which creates obstacles to uncovering and prosecuting cases of trafficking. Since around 30 percent of trafficked women were aware beforehand that they would end up working in the sex trade, it is difficult to collect evidence proving they were forced into prostitution, Thoma said.

However, forced prostitution was redefined in 2005 when EU standards were applied to German law. As a result, human trafficking for the purpose of

sexual exploitation is no longer a sex crime but a "crime against physical integrity and against freedom," Thoma explained.

She added that the law's inclusion of robbing people of their freedom was a better description of forced prostitution than labeling it a sex crime. Germany is not alone in rethinking its laws surrounding prostitution. Sweden was the first in Europe to outlaw paying for sex in 1999. Last week, Norway's government proposed to fine or jail clients of prostitutes for up to six months in an effort to counteract trafficking and lower demand.

In Britain, where paid sex is legal but prostitutes aren't allowed to solicit in public, a group of Labour MPs have advocated for replacing criminal penalties for street prostitutes with mandatory counseling programs to get them out of the business.

"We don't criminalize people who sell kidneys, we criminalize the buyer," Labour MP Fiona MacTaggart told Reuters news agency.

### **Address the Problem at its Roots**

The justice system also makes it difficult prosecute traffickers who force women into marriage. Victims of this crime have to prove that they suffered threats or abuse -- not only that they forced to marry against their will. These women also risk penalties if they are shown to have married only to acquire a residence permit.

For those without residence permits, a new law in Germany aims to encourage them to testify against their traffickers. After the initial three-month tourist visa, trafficking victims are granted an additional six months to consider whether to press charges.

"If they don't testify, they're deported," said Thoma. "But if they testify, they get a residence permit for the duration of the criminal proceedings." But ultimately, trafficking needs to be addressed from the bottom up, said the lawyer. That means pulling the women out of poverty and offering them a chance to improve their lives. "We have to create more possibilities for education there and improve the overall living situation for the women," she said.

**TOP**

Fonte: [http://www.dw-world.de/popups/popup\\_printcontent/0,,3283530,00.html](http://www.dw-world.de/popups/popup_printcontent/0,,3283530,00.html) 28.04.08

## Human Trafficking in Bangladesh and Beyond

*Humayun Kabir Tutul*

Young women in Bangladesh. A UNICEF report says that in Bangladesh alone approximately 400 women fall victim to trafficking each month. Most of them are between the ages of 12 and 16. (Photo: Tim Graham / Getty Images)

Dhaka — Sold to a dance bar owner and forced to work in the “flesh trade”, Zarina (whose name has been changed to protect her identity), a 16-year-old girl and daughter of a day labourer from Krishnapur in southeast Bangladesh, was a recent victim of human trafficking. This illegal trade has assumed dangerous proportions in recent years.

Human trafficking is an international problem; the United Nations Children’s Fund (UNICEF) estimates that as many as 1.2 million children are trafficked every year. In Bangladesh alone, a UNICEF report says that approximately 400 women and children fall victim to trafficking each month. Most of them are between the ages of 12 and 16 and are forced to work in the commercial sex industry.

Zarina’s story is not different from so many other girls in Bangladesh dreaming for a way out of the poverty they were born into. She, her sister and her brother-in-law were promised jobs with a monthly salary of 5,000 Bangladeshi taka (\$73 US) by a family acquaintance, who urged them to follow him to Mumbai, India where “promising jobs” were waiting.

Acute poverty, illiteracy, and a lack of urban “street smarts” in small villages are some of the factors that lead to sexual exploitation of young Bangladeshi girls. Moreover, many towns are adjacent to neighbouring India, the proximity facilitating the illicit smuggling of people. These prevailing socio-economic and geographic conditions provide a fertile ground for human traffickers.

Somehow, Zarina’s sister and brother-in-law were able to escape and inform Zarina’s father. It took her father nine difficult months of constant effort and manoeuvring to help her return home. Bruised and tormented by what she had gone through, she faced another dilemma at home. She was shunned by her village for what had happened to her. Here, in Bangladeshi villages, tribal-like rural cultures still loom large and education about human trafficking is far from adequate.

What can be done? Local organisations in Bangladesh and other affected countries have been combining forces with regional and international partners concerned with human trafficking to address this global problem.

For example, the Bangladeshi non-profit organisation, Dhaka Ahsania Mission (DAM), initiated a new programme: The Prevention of Cross Border Trafficking in Women and Children between Bangladesh and West Bengal, India (C-BAT), in October 2005. It aims to reduce human trafficking and focuses on repatriation, reintegration and rehabilitation of the victims.

Supported by the European Commission and Irish Aid, and working closely with two Indian non-governmental organisations – the Socio Legal Aid Research and Training Centre and the Women’s Interlink Foundation – efforts have been directed to building a social movement to prevent human trafficking through regular community meetings, mass dramas, seminars, and discussions, especially in Bangladesh’s border areas.

The C-BAT programme helps girls in particular to learn relevant, practical skills including basic and reproductive health, nutrition, hygiene, and HIV/AIDS prevention, as well as reading, writing, critical thinking and problem-solving skills. School children learn skills to help their families change conditions of poverty, and they talk about the ploys traffickers use to get young girls to leave their villages under the false promise of respectable employment.

Capacity building of local government institutions is also a priority to ensure the success of the programme. Local administrations, as well as police and para-military personnel, are working to combat trafficking in collaboration with civil society. Public representatives, members of law enforcement authorities, local administration officials, teachers and community leaders are also being trained.

To date, over 40,000 families have been affected by C-BAT’s awareness building campaigns and 17 rescued victims have received shelter, psychological counselling, food and clothing, basic education and training in skills such as embroidery to make them self-reliant.

Initiating dialogue on “best practices” between countries that are facing similar crises is an important step forward. Creating workshops and

trainings where governments and organisations battling human trafficking can exchange successful tips can serve as a useful tool for tackling this critical issue.

It is imperative that strong relations are developed between the people working to resolve this harmful

### **Human trafficking: Wanted, dead or alive**

This is part four or five of a series I did on human trafficking. It's interesting because the handlers I had interviewed were the most unlikely duo — a Serb and an Albanian.

Enver (27) and Donji (34) are not alike in any way, but they certainly are a pair, a marriage of two human traffickers, functioning as smoothly as a Swiss clock; a match made in heaven or hell — depending on which side of the moral line you happen to be standing on ...

"It's a random condition of birth," says Enver, an Albanian father of three who sought asylum in the UK in the early 1990s under the guise of being a Kosovar. "If you are born into a country such as Macedonia or Albania, you are living like a pig and will do anything to get out. Even whore your child."

"We give them opportunities," says Donji, a Serbian father of four, also a graduate of Belgrade University in Serbia. "We say, you can sell your body here in Romania or the Ukraine or you can take your chances abroad where the sun shines ... Italy, France, Holland and especially South Africa. Right now, there is a big market in South Africa for young girls."

"The worst thing you get in South Africa is a slap on the wrist," continues Enver. "Aliens are just thrown out again or you can buy the identity of someone ... Illegal immigrants are not unusual there."

"What is really great is that gay marriages have been legalised in so few countries, but South Africa is one of them and this implies that there will be a big market for young boys too ..."

The market he speaks of is the sex-tourism industry, the driving thrust of the pornography that has seen low- to medium-level acceptance with the commercialisation of reality TV shows such as *Girls of the Playboy Mansion*. The porn industry is worth more than \$17-billion in the US alone, with a market capitalisation of well over \$150-billion worldwide —

practice both locally and internationally. Mutual co-operation and understanding is a must for reciprocal benefit. [TOP](#)

Fonte: <http://www.worldpress.org/Asia/3256.cfm> 03.10.08

itself apart of and intimately linked to the organised crime syndicates that straddle both the underworld and that which lies at the surface.

So acceptable has the world of porn become that legitimate faces of the brand world such as General Motors, Kraft, Time Warner and other multinational conglomerates have moved the porn industry from the back alleys of orange- and khaki-coloured streets to the glittering billboards of the big cities ... A source at the Wall Street Journal confirmed that more than 17% of companies listed on the NYSE were involved in the porn industry and invested (indirectly and directly) in the production, dissemination and distribution of explicit materials, including underage sex, trafficked humans and snuff movies.

The UN estimates that of the 27-million humans currently forced to live in a state of servitude, as sex slaves or on plantations, in the factories and sweatshops and free-trade zones — all of which have become the engine of modern globalised world — at least 1,2-million of these annually trafficked are children between the ages of nine and 14 years.

In the Eastern European states, it is estimated that more than 200 000 kids simply disappear every year with less than one-10th resurfacing in Italy, France, Germany and Turkey — 18 months later, leading Interpol to believe that the human-trafficking industry specialises not only in the "forced" sale of humans, whether sexual or labour-wise, but also in much-needed parts: body parts.

"They are wanted dead or alive," says an official at Europol. "Of the 15 member states within the core of the EU, only four — and now I am pushing it — actually keep hard data or statistics. They do not conduct investigations into the theft and sale of humans, they do not collate or swop information and there are no voices aggressively pushing for this to happen."



What are the causes that have contributed to the creation of such an environment of negligence and indifference? “We can safely say that free trade and the IMF have marketed these countries as ‘bargain regions’ where everything is cheap.

“The EU has deliberately turned a blind eye to the situations in former communist countries. It might even be seen as an act of vengeance, but we must not exaggerate. These states bring in big money even if the people do not see it.”

Who are the buyers? How are the kids procured?

“First part, very difficult to answer. Organised crime that takes the form of companies has a legal existence, zero taxation and free reign in such atmospheres of poverty and lawlessness. Multinationals do not stop at borders. These same crime syndicates are responsible for the money-laundering, drug- and human-trafficking industry. At the same time, they are involved in legitimate businesses ...”

He shakes his head, maybe a little weary of being interrogated on his holiday. “You live in South Africa. Tell me why is your country — one of the top destination points in the world for human trafficking — not taking any strict measures?”

“I will tell you,” he continues, languidly drawing smoke his Camel, “it is because it goes all the way to the government, corruption, white-collar crime ... The writing is on the wall.”

“For the second part,” he stubs his cigarette out and leans back in the chair, breathing heavily, “let me say that the mothers and fathers in Albania and the Ukraine prefer to give the child away and take a chance, rid themselves of another mouth to feed because they know there is no future in the country. They want to give the child a chance. They do it selfishly.”

As another official told me off the record, kids in the Ukraine simply evaporate. An ex-official at Interpol who declined to be named said to me in an email: “This is not the EU at work but the overall system. The World Bank knows that there are over 170-million youth in Eastern Europe that are suffering from the reforms and the restructuring of the economy. The war in the Balkans has caused too many holes.”

These reforms spoken of in hushed tones include the drastic reduction of government-funded health, education, pension and infrastructure as well as the implied restructuring that has seen the vicious targeting and dismantling of factories, trade unions, outsourcing and the policy of maintaining a casualised labour force.

Unicef estimates that this industry is worth more than \$12-billion. “Sometimes parents sell their kid for a McDonald’s burger or a colour TV,” says Enver, “and if the girl is a virgin, she sells for at least \$6 000 on the black market alone.”

How much does he stand to make off one client? “I can make anywhere between \$900 and \$1500 for quality flesh.” Donji is more pragmatic. “The UN soldiers are our biggest buyers everywhere from Georgia to Germany.

“These parents have no business sense; they sell their kids on streets corners for €20 an hour. They don’t even make the customers wear condoms. They don’t live for too long, these kids ...”

Caught between a rock and a hard place or maybe between a short death and a long one, with no one to protect them. It reminds me of a book I once read that began with the words: “Who wants to be buried alive ...” [TOP](#)

Fonte: <http://www.humantrafficking.org/updates/837> 30.01.08

## 18 october – European anti trafficking day: time for action!

*Leading NGOs urge Member States to act and propose specific actions for implementation*

On 18 October, the European Commission is launching the European Day on Anti-Trafficking to raise awareness about this gross violation of human rights. La Strada International, together with leading NGOs working on women's, children's, workers' and migrants' rights and active against trafficking in

human beings in Europe, welcome the Commission initiative, and in particular its call for action.

After drafting numerous treaties, resolutions and action plans, and organising conferences and hearings, it is time to start implementing measures in order to end the human rights violations that are the result as well as the cause of trafficking in

human beings, and to protect trafficked persons at the national, European and international level.

In order to really make progress in preventing and combating human trafficking, the signatories to the common NGO Statement TIME FOR ACTION, which will be presented at the launch of the EU Anti-Trafficking Day in Brussels, propose a series of specific actions. As well as urging governments to sign, ratify and implement the relevant Conventions, the signatories call for concrete steps to be taken to facilitate legal (labour) migration, to identify trafficked persons and support and protect them, as well as to ensure access to an effective remedy, including remuneration.

At the policy level, measures must follow a coherent holistic human rights-compliant approach. Furthermore, the policy impact on the human rights situation on the ground must be monitored in a

comprehensive manner. Finally, National Referral Mechanisms must be implemented to ensure coordination of all stakeholders and independent national rapporteurs should be appointed to ensure effective monitoring.

Considering it is time for action, we welcome the new EU documents that will be discussed today, namely, the "Recommendations on standards and best practices on national mechanisms for identification and assistance of victims of trafficking in human beings" and the "Assessment Manual for Measuring Responses to Trafficking in Human Beings in the European Union". We call on Member States to endorse and prepare for the implementation of these instruments in national policies and measures. [TOP](#)

Fonte:  
[http://www.lastradainternational.com/?main=newsletter&section=news&acts&news\\_id=234](http://www.lastradainternational.com/?main=newsletter&section=news&acts&news_id=234) - 18.10.08

## Immigrant Workers: The New Slave Labor

*Dani Indovino*

Florida - a place of sunny beaches, wholesome resorts, and slave labor. Just this December, three Florida fruit pickers were found after escaping an employer who brutally beat them and forced them to work as slaves for over a year.

The three escaped from the van in which they were imprisoned and later reported having to work inhumane hours as well as paying for the most basic of services, such as showering with a garden hose and substandard food. This horrifying event sheds light on some of the horrid human rights abuses happening right here in the United States.

Florida produces almost the entire crop of U.S.-grown tomatoes as well as numerous other fruit crops. The industry exploits its undocumented immigrant base, paying around 42 cents per 32-ounce bucket of produce picked. This amounts to an individual having to pick two and a half tons of fruit in order to make the minimum wage.

Many migrant workers in Immokalee, FL are kept in similar conditions as the three escaped slaves. They are locked in vans, forced to use the corners of their living spaces as bathrooms, and are beaten if they cannot work, even due to illness.

Recently, there has been a campaign to get the major fast food chains to pay each migrant worker

an extra penny per pound for their work. While some businesses, like YUM!, which owns Taco Bell and was the target of a campaign by tomato pickers the past few years, have agreed under intense pressure, Burger King and Whole Foods refuse to, unwilling to accept even a meager cut in their profits to provide a basic standard of living for their workers.

Undocumented workers throughout the country often have no control over their working situation and face tremendous obstacles when fighting for their basic rights. For example, the Fresh Direct warehouse in Queens, NY recently used intimidation, fear, and the threat of deportation to bully its immigrant workforce to vote against unionization.

Less than two weeks before the unionization vote, the company sent a notice to all its workers that federal immigration officials were investigating the documents of all workers at the warehouse, causing many to quit. In the end, only 500 of the plant's 900 employees voted at all, 400 of which voted no.

Capitalism allows for the creation of a secret underclass of slave labor. In the current system, when this sort of abuse is discovered often it is the undocumented worker who is punished or deported, rather than the corporations who violate basic human rights and needs and exploit their workers.

These workers live under constant fear of federal discovery as well as threats to their own and their families' well-being and lives.

The system is working for the greedy capitalists, who can avoid unionization and pay substandard wages to keep costs low and profit high. We need to build a fighting immigrant rights' movement, allied with a powerful labor movement that places the

struggle of immigrant workers at the forefront of a fight to improve the living standards for all workers. Without this, it is unlikely that conditions can or will change. **TOP**

Fonte: <http://www.socialistalternative.org/news/article15.php?id=689> - 01.22.08

## ESPAÑOL

### **España, entre los países que más combaten el tráfico de personas en el mundo**

España y Colombia son los únicos países de habla hispana que hacen cuanto está en su mano por combatir el tráfico de personas, según el informe anual del Departamento de Estado de EEUU.

El 'Informe sobre Tráfico de Personas 2008' acusa a 14 países -dos menos que el año pasado- de no hacer lo suficiente por combatir esta lacra, por lo que podrían recibir sanciones como la congelación de la ayuda no humanitaria y no comercial.

El tráfico de personas, según denuncia el documento, es una lacra que afecta cada año a cerca de 800.000 personas transportadas a través de fronteras nacionales, el 80% de ellas mujeres y niñas. El 50% de las víctimas son menores.

El número de personas traficadas dentro de las fronteras de sus países es de millones, según el Departamento de Estado. Al presentar el informe, la secretaria de Estado, Condoleezza Rice, afirmó que "esperamos que este informe ayude a los países responsables en todo el mundo a hablar con una sola voz y declarar que la libertad y la seguridad son exigencias innegociables de la dignidad humana".

El documento divide a 170 países en tres diferentes niveles, aunque el intermedio, de las naciones que hacen esfuerzos pero no los suficientes, incluye un apartado para los Estados que reciben un escrutinio especial.

#### **La situación en Cuba**

Venezuela y Guinea Ecuatorial, incluidos el año pasado en la lista de países peores combatientes, aparecen en 2008 en el nivel intermedio, pero en el apartado especial. En este apartado figuran también Argentina, Costa Rica, Guatemala, Panamá y la República Dominicana.

Cuba, denuncia el Departamento de Estado, es "principalmente una fuente de mujeres y niños traficados dentro de su territorio para su explotación sexual comercial" y el país es un destino de turismo sexual.

EEUU recomienda a ese país, entre otras medidas, aumentar sus esfuerzos contra los traficantes de personas y dar más pasos para prevenir la prostitución infantil.

En el caso de Venezuela, el informe asegura que este país "no cumple por completo los estándares mínimos para la eliminación del tráfico, aunque hace esfuerzos significativos para lograrlo". Queda en la lista de observación por "no proporcionar evidencia de un aumento de sus esfuerzos para proteger y asistir a las víctimas".

Argentina, explica el texto, es un país fuente, de tránsito y destino para personas traficadas para su explotación sexual y laboral, y la mayoría de las víctimas se trafican dentro del país, de áreas rurales a urbanas, para su prostitución.

#### **Funcionarios cómplices**

Una situación similar se produce en Costa Rica, donde preocupa, según el Departamento de Estado, "la falta de una respuesta más contundente por parte del Gobierno, especialmente debido al gran número de víctimas presentes en el país".

Guatemala es un país de destino para víctimas procedentes de El Salvador, Honduras y Nicaragua, sujetos a la explotación comercial sexual, y un punto de tránsito para los centroamericanos traficados a México y Estados Unidos.

En Panamá, "la mayoría de las víctimas son mujeres panameñas y niños traficados dentro del país para el comercio sexual" y el Gobierno ha lanzado medidas preventivas innovadoras pero no ha tomado las medidas tangibles suficientes para llevar a los traficantes ante la Justicia, destaca el informe.

El texto recomienda a la República Dominicana aumentar sus esfuerzos para llevar ante la justicia a los traficantes de personas, "especialmente funcionarios cómplices" de esta actividad.

En este país, el tráfico de personas se centra en el envío de mujeres para su prostitución a diversos países, además del tráfico interno con fines sexuales o de explotación laboral de mujeres y menores. El texto también alerta de la situación de trabajadores haitianos sin papeles sujetos a labores forzadas. [TOP](#)

Fonte:  
<http://www.elmundo.es/elmundo/2008/06/05/solidaridad/1212659574.html>  
05.06.08

## UNODC apoya esfuerzos contra tráfico de personas en Centroamérica

La Oficina de la ONU contra la Droga y el Delito (UNODC) participa en la lucha contra el tráfico de personas en Centroamérica mediante un proyecto de asistencia técnica a las unidades especializadas en combatir este problema en la región.

América Central afronta un fenómeno grave de tráfico de personas y precisa reforzar sus mecanismos para dismantelar a los grupos que lucran con este delito.

La iniciativa de la UNODC se centra en mejorar la capacidad de investigación y procesamiento penal de las autoridades, además de que promueve la cooperación regional en las pesquisas, los programas de protección de testigos y las técnicas de indagación.

Según datos del organismo de la ONU, Guatemala es el principal país de origen de personas traficadas en la región y su zona fronteriza con

México es el área donde más se ejerce esta práctica.

La Oficina afirmó que si bien el gobierno guatemalteco trabaja para implementar reformas que le permitan erradicar el problema, necesita fortalecer otras áreas para que sus esfuerzos consigan resultados concretos.

El experto en Prevención de Delitos de la UNODC, Felipe de la Torre, explicó que las investigaciones de los fiscales, sobre todo en las áreas rurales, tienen una perspectiva local y no toman en cuenta elementos que indican que la naturaleza de los casos es transnacional.

En este sentido, reiteró que la prevención y combate del tráfico de personas requiere de un liderazgo sólido, tanto nacional como regional. [TOP](#)

Fonte:  
<http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?newsID=13625&criteria1=Centroamerica&criteria2=trafico> 30.09.08

## El tráfico

El Ministerio de Igualdad presentó el Plan Integral contra la trata de seres humanos con fines de explotación sexual. Dos organizaciones que trabajan en la materia explican su postura a Canal Solidario.

Estos iconos dirigen a servicios web externos y ajenos a CanalSolidario.org que facilitan la gestión personal o comunitaria de la información. A través de ellos podrás, por ejemplo, clasificar, compartir, valorar, comentar o conservar los contenidos que

encuentras en Internet. Para utilizarlos, tendrás que registrarte como usuario/a en ellos.

En España, según datos del Ejecutivo, el 90% de las mujeres que se dedican a la prostitución son extranjeras y sólo el 5% dice ejercer voluntariamente. Además, el 80% de ellas son víctimas del tráfico de seres humanos. El Ministerio de Igualdad se reunió el pasado 23 de septiembre con las organizaciones que forman la Red Española contra la Trata de Personas para presentarles el borrador de lo que será, a finales de

2008, el Plan Integral de lucha contra la trata de seres humanos con fines de explotación sexual.

Beatriz Sagrado presidenta de AFESIP, una de las veinticinco ONG que componen la Red, manifiesta que “acogen positivamente” la iniciativa y felicita al Gobierno pero asegura que “es necesario suplir algunas carencias” de cara a la elaboración definitiva del plan.

Una de las recomendaciones es que en las consideraciones previas “se contemple la demanda masculina de cuerpos como causa del tráfico de seres humanos”, advierte Sagrado. “Es imposible desligar prostitución y tráfico de personas, ya que una es consecuencia de la otra”.

En las campañas anunciadas por Aído “es necesario tener en cuenta el factor masculino para que se desapruere socialmente a los prostituidores, mal llamados clientes”, considera la presidenta de AFESIP. “La realidad es que cada vez hombres más jóvenes compran sexo como forma de ocio, sin plantearse si esa mujer está siendo amenazada o tiene deudas con las mafias”.

La asistencia a la víctima debe ser independiente de su colaboración con la justicia

El Ministerio anunció una serie de garantías jurídicas como asistencia letrada gratuita en su lengua, protección especial para los testigos, un periodo de reflexión de un mes para que las víctimas decidan si denuncian o no, sin que sean expulsadas durante este tiempo, y ayudas económicas temporales.

Sin embargo, las organizaciones reclaman que la protección a la víctima sea independiente de la colaboración con las autoridades. “Si trascurrido ese mes de reflexión, la mujer decide no denunciar porque tiene a su familia acosada en el país de origen, o por otras circunstancias, también tiene que ser protegida”, subraya Sagrado. Así mismo, recuerda que “las medidas de repatriación de las víctimas de tráfico de seres humanos deben ser voluntarias”.

Los anuncios de prostitución se han quedado fuera del proyecto

La ministra de Igualdad anunció que no se contempla “ninguna medida específica” sobre la presencia de publicidad de prostitución en los distintos medios de comunicación. La presidenta de AFESIP opina que hay que tomar medidas para que los medios de comunicación dejen de hacer

dinero con este tipo de anuncios. “Es una vergüenza que España sea el único país de la Unión Europea en la que periódicos serios incluyan en sus páginas prostitución”, continua Sagrado, “sólo dos periódicos en nuestro país -Público y 20 Minutos- se niegan a dar publicidad a este tipo de violencia contra la mujer”.

“Si se regularizara la prostitución detectar los casos en los que hay trata sería más sencillo”

El colectivo Hetaria, es una organización que defiende los derechos de las personas que ejercen la prostitución. Carmen Briz representante de Hetaria coincide en la importancia de que salga adelante un plan contra la trata de seres humanos. Sin embargo, considera que “reducirlo a la prostitución es poco ambicioso ya que también se tráfica con personas en el servicio doméstico o en la industria textil”.

La portavoz de Hetaria también manifiesta la necesidad de que “finalicen las deportaciones de mujeres inmigrantes irregulares y de que la ley las proteja independientemente de su colaboración con la justicia”.

Hetaria considera que el plan debe hacerse contra la trata de seres humanos y no contra la prostitución, ya que esta práctica “entendida como un intercambio sexual entre adultos, realizado con el consentimiento de ambos, no es un delito”. Briz opina que “si se normalizara la prostitución detectar los casos ilegales en los que hay tráfico de personas sería más sencillo”.

La aprobación del Plan Integral está prevista para final de 2008. En el texto trabajan once ministerios y tras recoger las aportaciones de las ONG, el Ejecutivo transferirá el documento a la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa y a las distintas comunidades autónomas para su debate y análisis en la próxima conferencia sectorial. La ministra de Igualdad ha asegurado que “no faltarán recursos” para luchar por la erradicación de un “delito lamentable y odioso” que sufren miles de mujeres cada día.

¿Qué PueDo HaCer yo?

El día 8 de diciembre de 2004, 91 mujeres, rescatadas anteriormente del tráfico para la esclavitud sexual, eran raptadas por hombres armados de uno de los centros de la ONG AFESIP en Camboya. Firma para presionar al Gobierno camboyano y a la Comunidad Internacional para que garanticen la investigación pendiente.

Entra en el portal [HacesFalta.org](http://HacesFalta.org) y conoce las ofertas de voluntariado relacionadas con la mujer. En nuestro Directorio de Organizaciones también encuentras entidades que trabajan para la

protección de víctimas de explotación sexual y la erradicación de la prostitución. **TOP**

Fonte: <http://blogdanielaalves.wordpress.com/2008/10/10/el-trafico-de-seres-humanos-%c2%bfconsecuencia-directa-de-la-prostitucion/>  
10.10.08

## **Argentina - La lucha contra la trata de personas**

El tráfico de personas para la explotación sexual es un gravísimo delito que se ha extendido en nuestra sociedad de modo notable en los últimos años, teniendo fundamentalmente a adolescentes y jóvenes de sexo femenino como principales víctimas. En los últimos meses la lucha contra este crimen ha tenido avances, pero debe intensificarse.

Las mafias que operan en este terreno abusan de mujeres provenientes de algunas provincias y zonas desfavorecidas, y también de países vecinos como Paraguay. El engaño o la violencia cruda son las maneras empleadas para someterlas y mantenerlas en una situación de abuso y explotación. Internet también se ha convertido en un dispositivo empleado para la captación de futuras víctimas.

La apropiación y, en general, el funcionamiento de las redes de prostíbulos en las cuales estas personas quedan reducidas suelen operar con una impunidad que a veces parecería señalar la

existencia de tramas de complicidad y corrupción policial.

Con la sanción de la ley que castiga el tráfico de personas se han dado avances importantes, ya que la tipificación del delito y la superación de problemas de competencia permitieron revertir la anterior pasividad y bajo rendimiento de los organismos de seguridad y Justicia. Así, en los últimos seis meses, según un informe del Ministerio de Justicia, se ha podido liberar a unas 110 mujeres, 41 de ellas niñas y adolescentes. Pero es mucho todavía lo que resta hacer para que cesen de operar las redes mafiosas que trafican y abusan sexualmente de mujeres.

Con la sanción de la ley que penaliza la trata de personas se logró un considerable avance en la lucha contra este delito gravísimo. Sin embargo, por la extensión que ha tenido, se debe intensificar la lucha contra este crimen. **TOP**

Fonte: <http://www.clarin.com/diario/2008/11/01/opinion/o-01793343.htm>  
01.11.08

## **Paraguay - Trabajo conjunto en contra de la Trata de Personas**

La Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República y la Organización Internacional de Migraciones (OIM), firmaron esta mañana un convenio de cooperación para coordinar acciones conjuntas en el marco de un programa de lucha contra la trata de personas. En este sentido, se prevén varias actividades con instituciones públicas, municipios, sociedad civil, agencias de viajes, comisiones vecinales y también una campaña de comunicación.

Durante un acto realizado en la sede de la Secretaría de la Mujer, firmaron el presente documento la Ministra Arq. Miguelina Gómez de Martínez, y por la OIM el Jefe de Misión, Dr. Guillermo Sosa. Contó con la presencia de la Ministra de la Mujer designada por el nuevo gobierno, Gloria Rubin; el representante del BID,

Vladimir Radovic; el Oficial Nacional de la OIT, Bernardo Puentes; el Coordinador de la Mesa Interinstitucional de Lucha contra la Trata de Personas, Ministro Víctor Hugo Peña Bareiro; de la Policía Nacional, Comisario Néstor Vera Planás; y del Ministerio Público, la fiscal Teresa Martínez.

La Ministra de la Mujer expresó su agradecimiento a la OIM, ya que gracias a la firma del mencionado documento, se da inicio oficialmente a la ejecución del Programa "Apoyo a la lucha contra la trata de personas, especialmente mujeres, niñas y niños", dentro del marco de cooperación técnica no reembolsable otorgado por el BID.

Destacó que la Secretaría de la Mujer es una de las instituciones del Estado comprometida con la prevención, lucha y sanción a la trata de personas en el Paraguay. "Para combatir este flagelo se

requiere de grandes esfuerzos del sector gubernativo y de la sociedad civil a nivel nacional e internacional". Mencionó que el Programa tiene como objetivo ampliar el debate nacional sobre la trata de personas, particularmente de mujeres, insertando el tema en la agenda de protección de los derechos humanos, seguridad y justicia, de manera a evidenciar la problemática y sentar las bases en el Gobierno para desarrollar políticas públicas necesarias para combatir este delito".

Explicó que se contará con el apoyo y articulación de actividades con organismos del Estado y de la sociedad civil como la Mesa Interinstitucional de prevención, lucha y combate a la trata de personas coordinada por el Ministerio de Relaciones Exteriores, la Organización Internacional para las Migraciones, la Mesa Intersectorial conformada en Ciudad del Este, apoyada por la Organización Internacional del Trabajo; la Unidad Regional de la Corte Suprema de Justicia y la Organización de Estados Americanos (OEA).

A partir de la firma de este convenio se irán conformando mesas intersectoriales en las cabeceras departamentales de frontera y en las unidades anti-trata instadas en la Policía Nacional y el Ministerio Público.

En este sentido el programa cuenta con tres componentes: estrategias de comunicación,

insumos de políticas públicas para la lucha contra la trata de personas; control social (capacitación, divulgación a actores comunitarios, jueces, fiscales, comisiones vecinales), según explico la titular de la Secretaría de la Mujer.

Guillermo Sosa de la OIM, felicitó a la Ministra de la Mujer saliente y deseó el mayor de los éxitos a la Ministra entrante, Gloria Rubin, en la ejecución de este programa. Instó a continuar trabajando en conjunto en la lucha contra este flagelo a fin de lograr un mejor resultado.

Por su parte el representante del BID, Vladimir Radovic, dijo que la trata de personas ocupa el tercer lugar en la lista de crímenes transnacionales más productivo, después del tráfico de drogas y el de armas. "Se estima que aproximadamente dos millones de personas son víctimas de este delito en el mundo. El BID se siente comprometido en apoyar este tipo de acciones que luchan en contra de este flagelo que tanto mal esta ocasionando a nivel mundial (...) Con este programa seguiremos con el trabajo coordinado que se está realizando con varias instituciones como la Policía Nacional, la fiscalía, la OIM, la Secretaría de Mujer, los municipios, las agencias de viajes y en las fronteras". **TOP**

Fonte: <http://www.muier.gov.py/boletin.php?noticia=602> 05.08.08

## México - En vigor, ley contra la trata de personas

Además, fomenta el estudio y diagnóstico respecto de los delitos en la materia. Se prevé que las víctimas cuenten con protección médica, psicológica y jurídica

"Normatividad en favor de los niños. Foto: Oswaldo Ramírez" México.- A partir de hoy entra en vigor la ley para prevenir y erradicar la trata de personas, el maltrato, el abuso sexual y la explotación sexual comercial infantil en el Distrito Federal.

Ayer, el Gobierno del Distrito Federal publicó la norma que garantiza la libertad y el libre desarrollo de la personalidad de quienes han sido víctimas o posibles víctimas residentes o que han sido trasladadas al territorio de la Ciudad de México.

Asimismo, busca la libertad, seguridad sexual y normal desarrollo psicosexual de los niños. Además de fomentar el estudio, investigación y diagnóstico respecto de los delitos de trata de

personas, el abuso sexual y la explotación sexual comercial infantil.

También se pretende que sean tratados con respeto en su integridad y deberán contar con asesoría gratuita y expedita, recibir información en su idioma o lengua materna sobre sus derechos y el progreso de los trámites judiciales.

Para las víctimas se contempla protección médica, psicológica y jurídica necesaria, de manera gratuita, especializada, interdisciplinaria, integral y expedita, así como la defensa del ejercicio de sus derechos.

La ley también obliga al jefe de Gobierno, a la procuraduría capitalina y a las secretarías de Seguridad Pública, Gobierno, Salud y Turismo a emprender acciones para combatir esos delitos.

Mientras, la Universidad Autónoma de la Ciudad de México realizará un estudio sobre la trata de

personas, el abuso sexual y la explotación sexual comercial infantil; así como la formulación de líneas de investigación que permitan perfeccionar la política de la administración pública.

Otra de las dependencias que participará es el DIF-DF, que deberá cuantificar el número de menores explotados sexualmente, por edad y género, así como los lugares o áreas de mayor incidencia, las formas de remuneración y la cuantificación de la clientela por nacionalidad y clase sexual.

Las delegaciones deberán brindar toda la asesoría jurídica que las asociaciones de padres de familia, organizaciones civiles y a la población en general que la requiera para ejercer los derechos a que se refiere la ley.

### **Prevención del VIH**

La Gaceta Oficial del GDF también dio a conocer la ley que crea el Consejo para la Prevención y la Atención Integral del VIH, que entra en vigor a partir de este sábado.

La norma diseñará políticas públicas de prevención para personas afectadas por el VIH y otras enfermedades de transmisión sexual.

El consejo estará integrado por el jefe de Gobierno como presidente, la secretaria de Salud como presidente en ausencia del mandatario local, el secretario de Desarrollo Social, de Educación, un representante de la ALDF y siete del sector social.

**TOP**

Fonte: <http://www.multimedios.tv/noticias/2008/10/25/en-vigor-ley-contra-la-trata-de-personas> 25.10.08

---

#### **Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:**

- Marzo 2009 – Politiche migratorie e urbanizzazione
- Giugno - Economia: migrazioni e povertà
- Settembre – Integrazione/interculturalità

#### **Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:**

- Março 2009 – Políticas migratórias e urbanização
- Junho – Economia: migrações e pobreza
- Setembro – Integração/interculturalidade

#### **Next up dates our MIGRATION REVIEW:**

- March 2009 – Migration policies and urbanization
- June - Economy: Migrations and Poverty
- September – Integration/interculturality

#### **Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:**

- Marzo 2009 – Políticas migratorias y urbanización
- Junio – Economía: migraciones y pobreza
- Septiembre – Incorporación/interculturalidad



## Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?